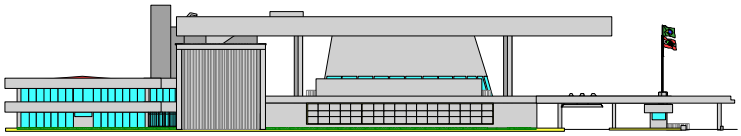
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 12 DE MARÇO DE 2008 | NÚMERO 5.863

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1875**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 013ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 06/03/2008.....2

Atos da Mesa
Ato da Presidência Dl.....18
Atos da Mesa.....19

Publicações Diversas
Ata da Procuradoria.....19
Ata de Comissão Permanente.....20
Extrato.....20
Mensagens Governamentais.....20
Ofício.....25
Portarias.....25
Projetos de Lei.....27

P L E N Á R I O

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flávio Ragagnin - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota -Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Comunica que não participará da sessão em virtude da III Conferência Estadual do Meio Ambiente.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à III Conferência Estadual do Meio Ambiente e à Semana do Consumo Consciente; fala do problema dos transgênicos; aborda o programa Arca das Letras.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do grupo da terceira idade de Canoinhas, De Bem com a Vida.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda a questão da greve do magistério público estadual e faz um apelo ao governo estadual para a solução da questão.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Faz um relato sobre a falta de uma política pública para os movimentos sociais, principalmente para as mulheres; cobra do governo maior atenção às reivindicações do magistério.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Critica o governo pelo não-atendimento das reivindicações do setor rural.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Cobra explicações do governo estadual quanto à não-autorização da venda da carne catarinense aos EUA e à CE e vê desarticulação da cadeia produtiva.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra o grande trabalho das mulheres camponesas, agricultoras e urbanas e assume o compromisso de elaborar moção da Alesc sobre a ação da Polícia do Rio Grande do Sul.

Partidos Políticos

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Destaca a atuação do deputado Odacir Zonta em prol do estado; aborda a problemática dos dejetos suínos e a questão ambiental e da renda do pequeno produtor.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à instalação e ao investimento da Aurora em Canoinhas; refere-se à visita do governador aos municípios do planalto norte.

DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN (aparte) - Adverte para os altos custos referentes à instalação de uma empresa em um município.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Manifesta-se contra a instalação de pedágio na BR-101, no trecho que dá acesso às praias de Palhoça.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Coloca sua posição contrária à implantação de pedágio nas estradas catarinenses.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece comentários acerca do movimento grevista do magistério catarinense e critica a posição do governo do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Afirma que não faltam recursos para atender as reivindicações do magistério porque a receita do estado tem crescido permanentemente.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta a III Conferência Estadual do Meio Ambiente; homenageia Ingrid Betancourt na passagem do Dia Internacional da Mulher.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0043/2008, de autoria da comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Informa que também subscreverá a Indicação n. 0045/2008, de autoria do deputado Edson Piriquito.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se acerca da Indicação n. 0047/2008, de sua autoria.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Afirma que o deputado Joares Ponticelli tem convicção de que o governo atual é um governo que não discrimina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Herneus de Nadal pelo aniversário.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Parabeniza o deputado Herneus da Nadal pelo aniversário.

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sugere solução para os engarrafamentos na BR-101, na altura da ponte de Navegantes; homenageia a mulher pelo seu dia; presta homenagem a Joinville e explicita o melhor modelo de gestão para a cidade.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Kennedy Nunes por haver percebido que governar em parceria com conselhos é a melhor política.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta a delegação de Alfredo Wagner e de Bom Retiro que acompanham os trabalhos da Casa.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Faz considerações relativas aos manifestos do magistério.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Herneus de Nadal por defender a categoria dos professores e afirma que colocará da tribuna sua posição sobre o assunto.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Expõe a necessidade de ampliar as condições técnicas e funcionais da Rádio Alesc Digital.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Ressalta a importância do 15º Prêmio Expressão de Ecologia, como Personalidade Ambiental 2007, recebido pela Malwee Malhas e seu presidente Wander Weege; manifesta-se sobre a questão energética em Santa Catarina.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Coloca sua posição a respeito das reivindicações do magistério e dos praças da Polícia Militar e contesta os argumentos do governo do estado; tece comentários sobre a posição das Farc na Colômbia.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discorre sobre os repasses do governo estadual referentes ao art. 170 da Constituição.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que o governo tem planejamento e cumpre sua missão, honrando os convênios com as instituições de ensino superior.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discorre sobre as questões da educação.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Procede a um relato sobre a sua agenda do final de semana.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia a atitude do deputado Rogério Mendonça de expor sua agenda de trabalho todos os finais de semana; elogia o trabalho da Epagri no desenvolvimento da cultura do arroz.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Comenta as questões ambientais que envolvem a cultura do arroz no estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se acerca do pedagiamento das estradas federais em Santa Catarina; defende o governo na questão da greve do magistério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu gostaria de comunicar a v.exa., ao plenário e às demais pessoas que estarei ausente da sessão a partir de agora, uma vez que a nossa comissão do Meio Ambiente realizará, hoje e amanhã, a III Conferência Estadual do Meio Ambiente, na qual vamos abordar a mudança climática.

Então, por isso não permanecerei na sessão de hoje!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Professor Grando também já justificou a sua ausência. Fica, portanto, justificada a ausência de todos os membros da comissão do Meio Ambiente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Bom-dia, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados!

Esta semana estamos tendo grandes debates em diversos setores da sociedade, por parte de organizações, sobre a questão ambiental. O deputado José Natal já fez referência aqui, e quero reforçar o assunto falando desse grande debate que o governo federal, através do ministério do Meio Ambiente, está realizando no país, democratizando o debate, chamando a sociedade à responsabilidade para o tema ambiental.

Aqui nesta Casa ocorrerá, hoje e amanhã, a III Conferência Estadual do Meio Ambiente, e este Poder estará lá bem representado pelo presidente da comissão, o nosso companheiro de bancada deputado Décio Góes, que vem realizando um grande trabalho nesta Casa e no estado com relação à questão ambiental. Com certeza esse é um tema extremamente polêmico, um tema que gera muitos conflitos de idéias, interpretações e ações, principalmente no sentido de como desenvolver, crescer e preservar o meio ambiente.

Então, esta Casa com certeza também tem um grande compromisso com essa discussão que tem que ser realizada com responsabilidade e sem paixões para garantirmos as futuras gerações no nosso planeta.

Todo o debate sobre o aquecimento global, sobre as grandes estiagens está acontecendo, inclusive, em nosso estado, pois esses problemas estão prejudicando setores importantes da nossa economia e a população, que fica sem água. Então, precisamos tratar o tema com a grandeza e com a complexidade que ele merece.

Quero aqui também registrar que de 1º a 8 de março a Rede Ecovida estará realizando a Semana do Consumo Consciente. Essa atividade simbólica, que será realizada simultaneamente em todas as feiras ecológicas ligadas aos núcleos da Rede Ecovida, tem por objetivo conscientizar os consumidores sobre o consumo ecológico, a redução e reutilização de sacolas plásticas, além de promover a utilização de sacolas de pano nas feiras e supermercados.

Sabemos que as sacolinhas plásticas são, hoje, uma das maiores fontes de contaminação, pois a população as leva para casa e muitas vezes acabam tornando-se lixo nos rios, riachos ou ficando no fundo dos quintais, o que contamina demais. Então, a Rede Ecovida também participa desse grande debate sobre a questão ambiental.

Estivemos também acompanhando, nesta semana, a grande mobilização das nossas companheiras históricas de luta, mulheres agricultoras. Digo companheiras porque também sou agricultor e acompanho essa luta há muitos anos, assim como a pauta de reivindicações e os seus elementos que elas vêm discutindo com o governo do estado, os governos municipais e, em nível nacional, com o governo federal, que diz respeito a um conjunto de questões ligadas à saúde, à violência contra a mulher, ao trabalho, às dificuldades que passam no meio rural, às questões do direito à previdência, à aposentadoria, ao salário maternidade, à questão da educação, à questão da alimentação. E já citei aqui a importância do consumo consciente da alimentação e da questão da reprodução da vida.

Srs. deputados, neste sentido entra o debate sobre um tema que várias vezes tratei aqui desta tribuna, que é a preocupação com os produtos transgênicos. Qual é o cidadão ou cidadã que, conscientemente, daria um produto geneticamente modificado para o seu filho, mesmo nascido ou no ventre, não sabendo o que significará esse alimento geneticamente modificado, esse produto transgênico, para a saúde daquele filho no futuro? E a deputada Odete de Jesus se preocupa muito e sempre trata deste tema nesta Casa.

Então, olhar para a saúde e para o futuro das nossas gerações - e temos aqui um conjunto de pessoas da terceira idade visitando-nos - são as grandes preocupações que nós e as mulheres têm com a saúde dos filhos de hoje e com as futuras gerações.

E este é o grande tema que o Movimento das Mulheres Urbanas e o Movimento das Mulheres Camponesas, com a participação das mulheres da política, estão tratando aqui, nesta semana. É um tema fundamental, pois a mulher ainda está muito distante da vida política, porque ela assume o serviço da casa, assume a educação dos filhos e, na grande maioria das vezes, isso dificulta sua participação na vida política, na vida sindical, na vida do movimento político do nosso Brasil, como a luta pela reforma agrária, que é importantíssima. E o nosso deputado Jailson Lima tem feito audiências públicas nesta Casa sobre esse tema bastante complexo.

Então, esta semana, com certeza, estão tratando sobre a questão do meio ambiente, da saúde, da luta de uma categoria tão importante no nosso país, que são os trabalhadores rurais, os nossos agricultores e agricultoras, que estão em luta, em mobilização nesta Casa, reivindicando, o que é fundamental.

Finalizando, além deste tema, depois, no horário dos Partidos Políticos, voltarei a falar sobre o tratamento que o nosso governo do estado está dando a essas categorias, à greve dos professores, do magistério, que foi definida ontem.

Mas quero destacar aqui, para finalizar, um grande programa que o ministério do Desenvolvimento Agrário criou em nosso país, que é o programa Arca das Letras, que nesta semana entregará mais 16 bibliotecas nos municípios de Praia Grande e Alto Bela Vista, além de em outros municípios do nosso estado. Já são 223 bibliotecas Arca das Letras, entregues em 108 municípios do estado de Santa Catarina, contando com parcerias das Centrais Elétricas Furnas, do programa Luz para Todos, do Banco do Estado de Santa

Catarina e das prefeituras municipais, que garantiram a fabricação das arcas, como também de sentenciados das penitenciárias de Chapecó e de Curitibanos, em Santa Catarina, que são os responsáveis pela fabricação, junto com a articulação das prefeituras municipais. As arcas levam livros para o interior do nosso estado, do nosso país, para as comunidades, para a nossa juventude e para as nossas crianças poderem também ter a sua leitura, o seu aprendizado nas comunidades do interior onde não havia essa oportunidade.

Então, com certeza esse é um grande programa que vai ajudar os municípios, como agora, na sexta-feira, quando será entregue em Praia Grande e em Alto Bela Vista. E vários municípios já têm a sua Arca das Letras. E isso também consta da pauta de reivindicações das mulheres trabalhadoras, que é a questão da educação no meio rural do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A próxima oradora inscrita é a deputada Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nobres deputados, encontra-se neste recinto o grupo da terceira idade do município de Canoinhas, De Bem com a Vida. E como nós, em Canoinhas, estamos de bem com a vida, desejamos as boas-vindas à terceira idade de Canoinhas, na nossa Casa e esperamos que o grupo se sinta feliz aqui em Florianópolis, tendo uma excelente estada.

Obrigado pela visita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sigamos de bem com a vida. E continua com a palavra a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, nosso amigo, demais integrantes da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, amigos que nos assistem, platéia maravilhosa de mulheres que têm lutado tanto em prol da família, dos filhos, do estado de Santa Catarina, muito nos honra sua presença.

Sr. presidente, eu não poderia deixar de parabenizar v.exa. pela resposta que deu a ONG Transparência Brasil sobre os gastos dos parlamentares desta Casa. Provavelmente, semana que vem, tendo oportunidade, falarei sobre este assunto, mas quero, desde já, parabenizar v.exa. pela sua resposta.

Mas hoje venho para falar sobre um assunto muito importante, que é a greve do magistério público estadual. Ontem à tarde, houve uma reunião no Clube Doze, onde professores e alunos se fizeram presentes e tiraram um posicionamento sobre a greve. E tenho aqui o depoimento de uma aluna que acompanhou a presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Chapecó, chamada Michele Peralta, que declarou o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não queremos paralisação, somos os mais prejudicados. Mas os professores precisam ser valorizados, as escolas precisam de melhorias, queremos também eleger o nosso diretor."

Claro! Eu agora me recordei, com a afirmativa dessa jovem, quando fui candidata à direção da escola que hoje é o Colégio Estadual Paulo Schieffler, no município de Caçador, onde lecionei durante 17 anos como professora de Geografia e Educação Moral e Cívica, área da minha habilitação, da 5ª a 8ª séries. Também atuei como professora de OSPB no 2º grau e concorri, disputando as eleições para a direção-geral daquele estabelecimento.

Deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão, fui eleita através do voto, com honradez. Só que, por questões partidárias, porque não era da sigla partidária do governo, fui rejeitada e colocaram outra pessoa para comandar, que não tinha nem habilitação. Então, eu abraço a causa dos professores. Nós temos que escolher, sim, pelo voto. Nas Câmaras Municipais, os vereadores entram pelo voto; ocupamos um assento neste Parlamento pelo voto; o governador está lá, chefe do Poder, pelo voto. Hoje em dia tudo é pelo voto. E por que não eleger os diretores pelo voto? Sou favorável e defendo essa posição.

Aqui, no jornal diz mais, srs. deputados. Há uma nota do secretário Paulo Bauer - e faço um apelo ao secretário, meu amigo particular, e ao governo do estado. Estão pedindo aos pais para mandarem os alunos para a escola. Como vamos mandar os nossos filhos para a escola se ela está fechada? Aqui aparece a foto de um cadeado enorme! O prédio da escola está fechado, os professores pararam para uma discussão ou uma análise mais profunda!

Então, faço um apelo ao governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e ao secretário Paulo Bauer, a quem Deus deu muito talento e uma pasta importante como a secretaria da Educação, para que revejam, ouçam, ponderem e atendam o apelo dos professores porque há professor morrendo de fome!

Srs. deputados, falo isso por experiência. Não venho aqui falar bobagens. Quando lecionava em Caçador, houve um tempo em que recebia o meu salário em três vezes e tinha criança pequena. O meu salário vinha parcelado e defasado e eu passava fome. Vou contar. Posso falar? Posso, pois não estou mentindo! A minha filha pedia, deputada Ana Paula Lima: "Eu quero comer pizza". Lá ia a professora Odete de Jesus encher a massa de fermento para avolumar o alimento. Estou falando a verdade! Se assomo a esta tribuna é porque tenho experiência para falar, doa a quem doer! Tenho que falar a verdade. Vim para esta Casa Legislativa pelo voto e não comprei ninguém. Não tinha como comprar, não tinha dentadura, bengala ou cadeira de rodas para dar. Vim a esta Casa pelo voto legítimo, o povo me colocou aqui sem que eu tivesse que comprar ninguém para votar em mim. Por isso estou aqui para defender a classe menos favorecida e vou lutar pelos professores que já estão a caminho da decadência.

Vou voltar a falar aqui sobre o apelo que o secretário faz para as crianças irem à escola. Eu não mandaria meus filhos enquanto não fosse resolvido esse problema. A criança ficará na rua? As escolas estão com cadeados, com os portões fechados, srs. deputados! Como as crianças vão ficar perambulando pela rua? Desculpe, sr. secretário, mas tenho que falar a verdade.

(Passa a ler.)

"Cancelamento do Prêmio-Educar: a categoria é contra a proposta do governo do Estado que prevê o pagamento de R$ 200 em duas parcelas iguais..." Querem a incorporação dos R$ 100,00, quantia que já é pequena, e querem também, srs. deputados, o vale alimentação igual ao dos professores da Universidade do Estado de Santa Catarina, porque os professores ganham R$ 132,00 e os da Udesc ganham R$ 380,00. É direito deles! Eles têm de brigar pelos seus direitos! É uma briga sadia, salutar, mas têm que se defender. E o meu papel é defender.

Eu voltarei a falar sobre esse tema na próxima semana, pois os professores estão paralisados!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus.

Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de agradecer ao Movimento das Mulheres Urbanas e Camponesas pela presença neste plenário, que está, desde terça-feira, em vigília na luta em prol das mulheres catarinenses.

Sejam muito bem-vindas ao Parlamento catarinense!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, na manhã de hoje, dar continuidade à reflexão que venho fazendo durante a semana toda sobre esse momento dos movimentos sociais, que foram encabeçados, ao longo de toda a história, mais especificamente nesta semana, pelo Movimento das Mulheres Camponesas e Urbanas, associado a outros movimentos populares do estado de Santa Catarina.

Eu dizia, nos dois momentos em que tive a oportunidade de aqui me expressar, ao longo de todo esse processo, de toda essa história, que nós percebemos que existe, sim, um descaso muito grande por parte do poder público em atender as grandes necessidades e reivindicações dos nossos movimentos sociais. Falta compreensão, mas, acima de tudo, faltam decisão e convicção política para construir as diferentes estruturas fundamentais e necessárias aos nossos movimentos sociais.

Infelizmente, os nossos governantes passam, muitas vezes, de ouvidos trancados ao clamor desse nosso povo que reivindica, que luta, que se organiza; os nossos governantes fazem de conta que não ouvem, e eles assim agem porque o clamor está aberto, explícito na sociedade em que vivemos.

E observando a pauta de reivindicação das mulheres, ela basicamente se sustenta numa simples atitude, num simples ato, numa simples decisão de vontade política por parte do governo. São coisas simples, fáceis de ser resolvidas e que não envolvem grandes recursos, envolvem poucos recursos! Até porque o estado detém uma grande estrutura para atender essas reivindicações e essas demandas.

Eu citava, por exemplo, no dia de ontem, a possibilidade de essas mulheres fazerem um curso de capacitação técnica. É uma reivindicação modesta, humilde. O estado possui todo o quadro técnico para poder instrumentalizar, contribuir e ajudar na capacitação e informação das nossas mulheres camponesas e urbanas. É questão de decisão política, de vontade política.

Com relação à questão das cisternas, estão pedindo 600 cisternas. Claro que a fundo perdido. Por quê? Porque as cisternas que as donas-de-casa, que as mulheres agricultoras construirão servirão para produzir o alimento de qualidade, saudável. E se esse alimento saudável for consumido na mesa dos trabalhadores e trabalhadoras, com toda a certeza nós teremos menos problemas sociais, principalmente no que diz respeito à saúde pública.

Portanto, a contrapartida de vocês, donas-de-casa, mulheres agricultoras e urbanas, está exatamente em colocar na mesa dos nossos trabalhadores e trabalhadoras um alimento saudável. Isso diminui a questão dos investimentos públicos na área, por exemplo, da própria saúde! Quer dizer, falta o quê? O gesto. Aliás, está contemplada no Orçamento do estado a construção de cisternas. Mais ainda, existe recurso garantido, há lá o recurso.

Por outro lado, há contradições. Vivemos momentos de estiagem em vários municípios do nosso estado, estiagem que ao mesmo tempo dificulta o acesso à água de qualidade, à água potável para a subsistência, para a sobrevivência não só de homens e mulheres, como a subsistência e a sobrevivência de todas as espécies.

Portanto, é só um gesto, é só um sinal, é só questão de prioridade do governo, deputado Silvio Dreveck. É preciso que avancemos nisso. Vivemos uma situação não desejada na questão climática, mas também não temos políticas públicas para fazer o enfrentamento dessa situação climática que hoje vivemos em Santa Catarina.

É preciso que acordemos o quanto antes para essa realidade, sob pena de termos grande conseqüência drástica para todas as espécies que fazem parte deste planeta.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Pedro Baldissera.

V.Exa. está relatando um assunto relevante e tem toda razão quando diz que falta ao governo definir quais são as prioridades.

Ontem, eu citava o caso da Cooperativa de Fruticultura Norte Catarinense. Hoje, v.exa. me faz um relato sobre a falta de assistência de uma política para os movimentos sociais, principalmente para as nossas mulheres.

Eu me pergunto, deputado: será que estão faltando mais algumas secretarias Regionais? A resposta quem dá é a população, porque não é possível que se fale tanto nessa descentralização e não seja adotada uma política simples, com poucos recursos, para atender essas pessoas tão necessitadas!

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

De fato, quando nós falamos aqui na questão da descentralização, a sua essência está na descentralização dos recursos, para que nós possamos, através deles, proporcionar qualidade de vida lá na ponta. Não basta descentralizar pessoas, é preciso que se descentralizem os recursos, para que possamos implementar, através deles, as políticas necessárias para qualificar, dignificar a vida do nosso povo.

E as lideranças do movimento das mulheres nessa mobilização me diziam, srs. deputados, que o governo teria agendado um segundo encontro para o dia 29 de abril, para dar um retorno. Mas nós sabemos que neste ano estaremos adentrando num ano eleitoral e, portanto, no dia 29 de abril basicamente nós esgotamos toda e qualquer possibilidade de implementar políticas públicas, porque a própria lei eleitoral proíbe a execução de uma série de políticas.

Portanto, acho que nós vamos ficar mais uma vez sem uma resposta do governo, infelizmente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, para aqui discorrer, se possível, sobre dois temas que eu considero pertinentes e importantes para Santa Catarina. E eu vou começar abordando a situação que vivenciamos, no final do ano próximo passado, quando estivemos em Denver, nos Estados Unidos, junto com a comitiva governamental, capitaneada pelo vice-governador Leonel Pavan, para buscar uma alternativa para a exportação da carne catarinense aos Estados Unidos. E eu conversava com o dr. Zamborlini, professor que integra também o ministério da Agricultura, sobre os motivos pelo qual toda essa nossa ida não teve uma seqüência, um andamento mais eficaz. Fiz-lhe, então, essa indagação e recebi a seguinte resposta:

(Passa a ler.)

"Prezado Deputado,

De acordo com nosso contato telefônico estou enviando o resumo da matéria publicada hoje (28.02.08) em que informa que Santa Catarina ficou de fora da relação de estados autorizados a exportar carne para a C.E.

1) Vossa Senhoria me argüiu sobre os motivos. Vou tentar resumir:

Faltou engajamento e planejamento, e esta responsabilidade é fundamentalmente do governo, o único em condições para implementar um sistema como o que estamos propondo (PVP-QSA - USDA);

Pessoalmente acho que a maior dificuldade é a desarticulação da cadeia produtiva;

Os frigoríficos não costumam tratar os pecuaristas como parceiros;

A lógica é de mercado: quanto eu menos pagar maior minha rentabilidade;

Neste contexto, fica difícil viabilizar soluções de certificação que os EUA e a CE possam aceitar com a credibilidade necessária;

A crise tem afetado basicamente o pecuarista, que absorveu anos de preço baixos devido àquele surto da aftosa em 2002 em MS e que afetou o Brasil como um todo;

Neste mesmo período os frigoríficos cresceram e se internacionalizaram ainda mais;

A arroba baixo permitiu a absorção da valorização do dólar sem afetar a rentabilidade da indústria e dos exportadores, mas a situação dos pecuaristas em termos de rentabilidade agravou-se.

2) Achamos que este fato já é suficiente para que o Secretário da Agricultura e Desenvolvimento de Santa Catarina assine a carta de intenção (em anexo) para que possamos avançar no Projeto.

3) Por último gostaríamos de lembrar a sua Excelência, o Vice-Governador Leonel Pavan, que o Sub-Secretário da Agricultura do EU aceitou o convite para visitar Santa Catarina e está aguardando o convite formal", que foi estabelecido na ida a Denver, nos Estados Unidos.

"Anexo parte da notícia:

A lista preliminar das propriedades autorizadas a retomar as vendas da UE, depurada ao longo de quase um mês de vaivéns da burocracia brasileira, foi fechada nesta semana pelo Ministério da Agricultura. Da relação inicial de 2.681 fazendas apresentadas pelo Brasil no fim de janeiro, foram aceitas apenas duas propriedades do Espírito Santo, duas de Goiás, duas propriedades de Minas Gerais, quatro de Mato Grosso, 11 do Rio Grande do Sul e 87 de Minas Gerais." [sic]

Portanto, Santa Catarina, um estado livre de aftosa, referência nacional, meu amigo e deputado Flávio Ragagnin, ficou de fora desse contexto.

Muitos questionam dizendo que nós não temos rebanho suficiente para competir com o Mato Grosso do Sul, com o Rio Grande do Sul, com Minas Gerais, mas nós temos qualidade. Nós temos 3,5 milhões de cabeças de gado neste estado. E o que se propõe ao estado americano é de um sistema de rastreabilidade que venha dar o acompanhamento desde o nascimento do bezerro até o seu abate final e com isso a garantia de um aumento de 20% a mais no preço do produto final.

Realmente é lamentável que nós tenhamos que usar esta tribuna e vir aqui fazer uma crítica construtiva, meu amigo deputado Silvio Dreveck, e deputado Manoel Mota, líder do PMDB, porque esse setor abriga milhares de propriedades rurais de pequenos produtores. E se o governo não tiver a sensibilidade de ficar à frente desse processo de buscar, através da secretaria de estado da Agricultura, a participação efetiva do ministério da Agricultura, certamente teremos uma evasão muito maior de agricultores, de produtores rurais que estão estabelecidos no campo, aos grandes centros, inchando ainda mais as cidades.

Esse é um problema que considero crucial e fundamental para a economia catarinense. E dando seqüência a esse programa que os norte-americanos condicionam e colocam-se à disposição, deputada Ada De Luca, nós poderemos, no mínimo, duplicar a produção de gado no estado de Santa Catarina, com a rentabilidade diferenciada do que hoje a OIE proporciona pelo seu preço.

Temos dificuldade de entrar no mercado americano? Temos sim! Por quê? Porque precisamos cumprir as suas normas, as suas exigências e todo esse trabalho desenvolvido pela Cidasc e Epagri é um trabalho de renome de muitos governos passados. E eu pergunto: de que adianta chegar a um momento desses, de sermos o único estado da federação livre de aftosa e estarmos fora de um contexto?

Deputado Flávio Ragagnin, exigimos uma explicação do secretário da Agricultura do estado; exigimos uma explicação do governo, porque os produtores catarinenses carecem de informação e de apoio e não vejo, em momento algum, essa situação ser mencionada, inclusive por parte de companheiros desta Casa, aliados do governo.

Deputado Manoel Mota, penso que nós precisamos de uma explicação no mais curto espaço de tempo, precisamos demonstrar esse gesto aos nossos pequenos produtores catarinenses, sob pena de proporcionarmos e fomentarmos, cada vez mais, a evasão dos campos, das nossas cidades interioranas, provocando a vinda para os grandes centros, aumentando ainda mais o problema social que vivemos hoje nas maiores cidades de Santa Catarina.

O segundo tema que eu gostaria de abordar, ainda no pouco tempo que me resta, meu amigo deputado Kennedy Nunes, é com relação à implantação de usinas de biomassa para geração de energia a partir dos dejetos suínos e de frango.

Ano passado conseguimos viabilizar um contato com a Contour Global, que já está providenciando os estudos de impacto ambiental, o EIA-Rima, para a implantação de três usinas de 30 *megawatts* no município de Presidente Castelo Branco - três usinas acopladas em uma só - e uma no sul do estado, para começar todo esse processo. E demonstra, pelo seu estudo, que nós temos a possibilidade de construir de 30 a 40 usinas de geração de energia a partir de dejetos de frango e de suínos. É um projeto que considero com três cunhos importantes, o social, o econômico e, o mais importante de todos, o ecológico, porque irá despoluir as propriedades rurais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Valmir Comin.

Srs. deputados e sras. deputadas, conforme requerimento assinado por diversas lideranças, foi solicitada a liberação do uso da tribuna por dez minutos nesta sessão de quinta-feira, 6 de março, no horário anterior ao destinado aos Partidos Políticos, para a sra. Shirley Ribeiro Azevedo, do Movimento de Mulheres Urbanas, e pela sra. Noemi Margarida Krefta, do Movimento das Mulheres Rurais. Todas as duas são representantes de grandes movimentos de mulheres e utilizarão a tribuna para manifestar-se acerca das reivindicações nos movimentos sociais e sobre o significado do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Convido a sra. Shirley e a sra. Noemi para fazerem as suas manifestações.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, quero registrar aqui, neste momento, o grande trabalho e a luta das mulheres camponesas, das mulheres agricultoras e das trabalhadoras urbanas, que são fundamentais para a sociedade catarinense, para o nosso estado.

Gostaria de assumir aqui o compromisso, Noemi, de fazer uma moção da Assembléia Legislativa sobre a ação da polícia do estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Solicito ao deputado Dirceu Dresch que apresente essa moção em nome do PT e dos parlamentares que quiserem assinar, para que possamos votar ainda na data de hoje.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Flávio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Sra. presidente, deputada Ana Paula lima, demais membros da mesa, srs. deputados e sras. deputadas.

Venho a este plenário, com satisfação, para fazer uma saudação às mulheres agricultoras presentes, pois conheço bem a sua luta, uma vez que sou de Seara, onde fui prefeito por três vezes, e tivemos e temos muito respeito por essa questão.

Mas quero reportar-me ao dia da minha posse para fazer o registro da maneira como fui recebido aqui no plenário no primeiro dia de trabalho, o respeito que os colegas tiveram comigo. Fico envaidecido e feliz em poder ficar aqui por 60 dias. Será um orgulho, sem dúvida.

Também quero registrar que o Partido Progressista de Seara tem tido uma atuação muito forte, muito firme nas decisões regionais, principalmente por ter um representante do oeste de Santa Catarina, mais precisamente do Alto Uruguai catarinense, este que está aqui hoje falando. Quero saudar com muito carinho o nosso presidente Luiz Benatti e toda a executiva do Partido Progressista de Seara.

Também quero falar sobre a repercussão, deputados Silvio Dreveck e Joares Ponticelli, o grande destaque na mídia estadual, por força de uma atitude democrática do Partido Progressista. Isso me deixa feliz e mostra que o Partido Progressista está aberto a oportunidades e a discussões.

Quero aproveitar também para ler um ofício recebido e fazer um destaque especial ao nosso deputado Odacir Zonta.

Recebemos um ofício com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"[...]

Informo a Vossa Excelência que o Ministério das Comunicações está destinando, a cada um dos municípios relacionados no anexo, um telecentro comunitário, constituído de computador-servidor, dez computadores em rede, data show (projetor multimídia), roteador *wireless*, impressora a *laser*, central de monitoramento remoto (câmera de vídeo), onze estabilizadores de voltagem, onze mesas para computador, mesa para impressora, mesa do assistente, armário e vinte e uma cadeiras multiuso.

Esse telecentro está destinado aos seguintes municípios: Anita Garibaldi, Arabutã, Arroio Trinta, Bom Jesus, Caçador, Caibi, Calmon, Herval do Oeste, Ibicaré, Ipumirim, Irani, Lindóia do Sul, Paial, Palma Sola, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Princesa, Salto Veloso, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São José do Cedro, Seara, Treze Tílias, União do Oeste, Urupema e Vargeão.[...]"[sic]

Destaco aqui a atuação do deputado Odacir Zonta, a quem me refiro neste momento, cuja atuações e ações enchem de orgulho o nosso partido.

Mas eu quero referir-me também ao assunto dos dejetos suínos, à questão ambiental e à questão de renda do pequeno produtor.

Seara, por exemplo, que é o nosso município - e essa é a tônica em todos os municípios produtores de suínos do estado de Santa Catarina -tem 1.400 pequenas propriedades rurais, detém 300 mil cabeças de suínos numa área de 306km² e é um município que respeita muito a questão do meio ambiente.

Aí levanto o problema que citei na ocasião anterior, de que dizem e comentam sobre a poluição dos rios e das águas do oeste de Santa Catarina, o que não é verdade! Existe a consciência do nosso pequeno agricultor na preservação da água, mas há necessidade de políticas públicas, para que nós, além da preservação da água, tenhamos renda e qualidade de vida.

E a solução - como eu disse, não vou aqui discutir nenhum assunto sem apresentar solução - chama-se biodigestor com gerador de energia elétrica, esse sistema de produção de energia através das usinas que o deputado Valmir Comin comentou, de empresas que irão gerar energia através dejetos de aves e de suínos. Eu estou referindo-me ao biodigestor individualizado. Cada propriedade que produz suínos precisa ter o seu próprio biodigestor.

Por que é que estou falando isso? Porque acompanho *pari passu* a situação. Conheço como funciona a produção de suínos, como funciona o trabalho do agricultor e como funciona o gerador de energia. Esse projeto, instalado em Seara há seis anos, encontra-se lá parado porque o governo não está dando atenção. E a Celesc não aceita que essa energia seja introduzida no sistema instalado na propriedade rural.

Faço essa referência porque é necessário que o governo do estado, através da Celesc, da secretaria da Agricultura e dos órgãos estaduais, dê atenção para esse assunto, uma vez que isso significa qualidade de vida e renda para o pequeno produtor. Refiro-me hoje e vou-me reportar a esse assunto por diversas vezes, trazendo aqui maiores subsídios e informações.

Mas sou solidário também com o pensamento do deputado Valmir Comin, que se referiu à geração de energia através de uma usina internacional. Na minha maneira de entender, nós, valorizando a Embrapa e o que temos no estado, podemos fazer isso dentro das nossas condições, na nossa região e com as nossas possibilidades.

Também quero comentar aqui sobre outro assunto. Ouvi a reivindicação das mulheres camponesas sobre cisternas. O programa de cisternas foi lançado há dois anos pelo governo do estado e na nossa região, pelo menos no Alto Uruguai catarinense, não temos tido informações sobre a sua instalação, o que seria muito necessário e importante. E não se trata apenas da água da chuva para alimentar os animais - e ouvi atentamente o que aquela sra. camponesa falou, representando o Movimento de Mulheres Camponesas -, mas, principalmente, para abastecer a casa, utilizando-a para cozinhar e beber. É necessário que se pense muito sobre esse assunto para que esse fato venha à tona e para que se cobre do governo do estado essas ações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

(Pausa)

Na ausência de representantes do D25, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Rogério Mendonça, que preside a sessão neste momento, sras. deputadas e srs. deputados, é importante que, nesse final de semana, saudemos as mulheres e, no nosso lar, as nossas esposas porque elas merecem. E não só neste Dia Internacional da Mulher, o nosso carinho e a nossa consideração todos os dias.

Então, a todas as mulheres do estado de Santa Catarina o nosso grande abraço, especialmente às mulheres do planalto norte, aquelas de Canoinhas, do grupo da terceira idade De Bem Com a Vida, que tivemos a grata satisfação de receber na Assembléia Legislativa, acompanhadas da sua líder, Silvia Prado Knull. Sem dúvida nenhuma, foi uma alegria a visita delas a nossa Casa, trazendo para cá o seu carinho e a sua vontade de conhecer coisas novas.

Mas quero reportar-me, hoje, também, a nossa Aurora de Canoinhas. O *Diário Catarinense* de hoje traz uma reportagem dizendo que a Aurora não vai mais investir só R$ 300 milhões, como relatei ontem aqui; serão R$ 400 milhões. E inclusive dizendo que a terraplenagem iniciará neste mês. Isso nos enche de orgulho, esperança e alegria porque dias melhores virão para o planalto norte. E esses dias irão transformar-se em empregos, em dignidade ao nosso trabalhador e em riqueza para a nossa região.

Temos certeza de que o presidente da Aurora, sr. Mário Lanznaster, não vai se arrepender da escolha que fez de Canoinhas. E há até uma curiosidade, sr. presidente: quatro cidades que estavam disputando o investimento da Aurora tinham como letra inicial o "c", ou seja, Campo Grande, Carazinho, Canoinhas e Clevelândia, no Paraná. A letra "c" de Canoinhas foi mais forte, deputado Rogério Mendonça! Com certeza, Canoinhas, com esse grande investimento que o governador Luiz Henrique da Silveira realizou propiciou lá - e isso graças ao seu apoio e inteligência -, não será mais um município esquecido. Canoinhas será, sim, um município de futuro e esperança.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Ouço v.exa., um nobre deputado do oeste, que representa Seara.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - Deputado, vejo que v.exa. ficou feliz com a instalação dessa unidade da empresa, pois realmente isso será importante para a região. E da mesma forma nós, na região de Seara, temos a Cargill.

Gostaria apenas fazer uma colocação, sr. deputado, como uma prevenção. Quando a empresa se instalar, há necessidade da construção de mil aviários. E, seguramente, a prefeitura não terá condições de fazer o acesso, a terraplenagem, enfim, a infra-estrutura para esses aviários. Então, haverá muitas dificuldades! E dizemos isso porque nós sentimos isso na pele.

Portanto, se houver a participação do governo do estado, por exemplo, na infra-estrutura...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Deputado, v.exa. ainda não estava nesta Casa quando foi assinado um convênio com o governador Luiz Henrique da Silveira, através do qual o secretário Mauro Mariani já se comprometeu em ajudar financiando 50% da terraplenagem dos aviários. E com relação aos acessos, serão também 50%. A prefeitura já possui um orçamento destinado a ajudar os agricultores.

Quanto ao financiamento, hoje se fala em 20% de um aviário pagos pelo agricultor - essa será a contribuição dele -, talvez o valor do terreno onde se instalará o aviário. E esses financiamentos ocorrerão através do Banco do Brasil e do Badesc, naturalmente quando da implantação da indústria.

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - Sem dúvida, deputado! Eu quis levantar o assunto porque sei que é um problema sério.

Mas, por outro lado, vou aproveitar essa sua informação e comunicarei ao nosso prefeito de Seara que o governo do estado está auxiliando. Isso eu não sabia. Então, vou comunicar-lhe para que faça esse pedido também.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Serão os municípios que têm baixo IDH. Existe um critério em nível estadual que faz com que os investimentos cheguem a nossa região. E esse critério já foi colocado em lei, já existe o Prodec, que é um dos incentivos do governo do estado para a indústria instalar-se em Santa Catarina - e não só a Aurora, como também outras indústrias -, fazendo com que Santa Catarina, hoje, na federação brasileira, seja o estado que oferece melhores condições ao investidor.

Por isso que várias indústrias estão vindo para Santa Catarina. Inclusive, na cidade de Joinville teremos a General Motors. Isso mostra a capacidade do nosso governador de atrair investimentos e recursos para o estado.

Até gostaria de parabenizar o nosso governador, que amanhã estará no município de Canoinhas participando de uma reunião do Microbacias, atendendo os agricultores e a agricultura de Santa Catarina.

Estaremos também em Canoinhas e em outros municípios, como Santa Terezinha, Major Vieira e Papanduva, inaugurando a subestação da Celesc. Isso certamente fará com que aquele item principal, aquele item inicial de desenvolvimento dos municípios, que é a energia elétrica, comece a acontecer.

O governador Luiz Henrique da Silveira também esteve em Irineópolis, no sábado, e, juntamente com o prefeito Wanderlei Lezan, inaugurou a balsa inter-estadual que irá unir aquela cidade com um município do Paraná. Essa interligação vai acontecer agora de maneira digna, uma vez que há 27 anos foi colocada uma balsa lá, deputado Silvio Dreveck! Então, foi dada uma balsa nova para o município!

Parabéns, portanto, ao município de Irineópolis, que recebe mais esse investimento!

Tivemos também a inauguração da ponte que lá foi construída, fazendo com que a região do Rio Branco também fosse beneficiada.

Então, são várias as inaugurações que estão sendo feitas pelo nosso governador Luiz Henrique da Silveira, fazendo com que o estado de Santa Catarina continue no seu desenvolvimento e crescimento.

Cedo agora um espaço ao deputado Renato Hinnig para fazer as suas considerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Na seqüência, portanto, ainda dentro do horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Renato Hinnig, pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, um dos assuntos que me traz, hoje, a esta tribuna é a questão dos pedágios nas rodovias de Santa Catarina.

Por princípio, por definição, pedágio pode ser instituído em rodovias construídas e mantidas por concessionária. Não é o caso das BRs, especificamente o da BR-101, rodovia que foi construída com recursos públicos e está sendo duplicada com um financiamento contraído pelo governo. E agora foi estabelecido e licitado o primeiro trecho da BR-101 para a cobrança de pedágio.

A nossa preocupação maior, hoje, é em relação à praça de cobrança de pedágio que está para ser instalada no município de Palhoça, onde a duplicação da rodovia ainda está em fase de construção e por isso é ainda mais injusta a instituição do pedágio. A previsão de instalação é agora para o mês de agosto e só está prevista a conclusão da rodovia, no trecho sul, no ano de 2010.

Fora isso, o local onde está sendo prevista a instalação da praça fica no meio do município, o que vai, sem sombra de dúvida, trazer grandes transtornos para aquela população, que se desloca com bastante constância para o sul do município, haja vista que lá estão localizadas as mais belas praias de Santa Catarina. E também porque no sul do município temos comunidades muito populosas, como Enseada de Brito, Pinheira e Guarda do Embaú, e isso vai penalizar gravemente a população lá sediada.

Nesse sentido, tem sido feito um movimento dos políticos do município de Palhaça, envolvendo todos os vereadores e o prefeito da cidade. Foi realizada nessa semana uma audiência na Câmara de Vereadores; estivemos, na data de ontem, com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, que nos informou que isso não é mais da competência do DNIT, porque, com a concessão, ficou sob a atribuição da MTT.

E na próxima segunda-feira, às 11h, está agendada uma reunião com o presidente da MTT em Brasília, sendo que deverão estar lá participando dessa audiência o prefeito, os vereadores e, inclusive, este deputado, para que tenhamos um novo encaminhamento. E o pleito é de que a praça de pedágio, ao invés de ser instalada no Km 221, seja instalada no Km 246, na divisa dos municípios de Palhoça e Paulo Lopes, se esse for o encaminhamento e não tiver a possibilidade de reverter a questão da cobrança de pedágios em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Concedo um aparte ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o iminente deputado Renato Hinnig, que levanta uma questão relevante.

Este Parlamento deu respostas a cada instante para a não-implantação de pedágio em Santa Catarina. Passou por esta Casa um projeto com relação ao pedágio da BR-470, que queriam colocar boca abaixo. E aquele seria o pedágio mais caro de Santa Catarina. Quer dizer, certamente iria inviabilizar todas aquelas empresas do oeste do estado, iria trazer para o porto de Itajaí um pedágio e assim o produto não ficaria mais competitivo para podermos exportar.

Fizemos aqui um trabalho muito forte e, em alguns momentos, os copos chegaram até a quebrar, quando a mesa virou. Inclusive, certa vez, quando quatro empresários foram ao meu gabinete, acabei ficando meio branco ao ouvi-los perguntar quanto custava a campanha de um deputado. Para mim não existe preço de campanha, porque o meu trabalho é no dia-a-dia. Eles saíram do meu gabinete e conseguimos inviabilizar o projeto.

Aí veio a cobrança da SC-401. Eu me recordo que, quando a hoje senadora Ideli Salvatti vinha à tribuna, fazia chover, sempre indagando como ficaria aquela população. Acabamos inviabilizando a cobrança e hoje está aí um problema. E a mesma coisa está ocorrendo agora em Palhoça. Como vai ficar aquela população?

Então, é preciso haver consideração! A obra ainda não foi concluída. Como é que se vai cobrar pedágio, se a obra ainda não foi concluída, se na BR-101 só existem buracos porque a rodovia está sendo duplicada? Portanto, acho que se trata de um equívoco muito grande.

Podem contar com este parlamentar! Estarei junto em todos momentos para dizer "não" ao pedágio lá, neste momento. Quando a obra estiver concluída, vamos discutir, mas, neste momento, ela ainda não foi concluída, está sendo feita com dinheiro público e não pode ser instalado o pedágio! Temos que inviabilizar isso, e saiba que estaremos junto com v.exa. nesse mutirão para fazer com que a população possa ter o respaldo necessário para continuar indo e vindo do trabalho, sempre buscando o sustento da sua casa e da sua família.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Quero aproveitar também o espaço que ainda me resta para comunicar à população catarinense e aos srs. parlamentares que, na noite de hoje, acontecerá o lançamento da Expo Palhoça, a primeira exposição de produtos e serviços produzidos no município de Palhoça, onde pretendemos reunir cerca de 300 empresários para comunicar tudo aquilo que está sendo produzido e feito naquele município para gerar novos empreendimentos e atrair grande quantidade de empresas que lá se estão instalando.

Palhoça, hoje, precisa mostrar a Santa Catarina, ao Brasil e ao mundo o que produz, já que nós temos, por exemplo, instalada no nosso município uma das maiores empresas de equipamentos odontológicos, que exporta para o mundo inteiro; Palhoça é o maior produtor de mexilhões do estado de Santa Catarina e é, também, um grande pólo de construção de móveis.

Por isso, este evento, esta feira que se inicia é importante. E temos certeza de que por ser a primeira, vai nascer grande e daqui para frente será a oportunidade dos empresários do município poderem mostrar ao mundo e a Santa Catarina o que estamos fazendo em Palhoça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dez minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, que representa a região oeste de Santa Catarina e muitos municípios do nosso estado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo esta tribuna, em nome do nosso partido, bastante preocupado com o rumo que tomou a relação do estado com os nossos professores, com o setor da educação, a partir de ontem.

Infelizmente, está havendo uma relação truncada entre o setor da educação, por parte da secretaria, por parte do governo, com o sindicato. E isso remete a população catarinense, os trabalhadores, a educação, mas, principalmente, os nossos filhos, os filhos dos trabalhadores catarinenses, a uma situação lamentável. Depois de tanto tempo sem um diálogo concreto que pudesse minimamente construir uma relação política entre a representação dos professores e o estado, vivemos mais um processo de greve nas escolas.

Acredito que não seria tão difícil o estado, através da secretaria da Educação, buscar uma alternativa para a greve. Parece-me que o custo não é tão alto, se compararmos com os custos e gastos reais de Santa Catarina.

Srs. deputados, aqui fica a minha grande pergunta, deputados Herneus de Nadal e Manoel Mota, sobre essa dificuldade de diálogo, pois me parece que não faz parte da história de luta do PMDB não dialogar com as organizações da sociedade. Mas agora a dificuldade de diálogo entre o secretário de Educação e os professores é muito grande. E como fica a resposta para essa grande pergunta, que tem que ser remetida a um conjunto de pessoas da sociedade catarinense, principalmente aos trabalhadores, porque os ricos, as pessoas que têm uma renda alta no estado, com certeza, a maioria, está pagando plano particular de educação, uma escola particular para os seus filhos. Agora, os trabalhadores, as pessoas pobres, os necessitados, precisam de uma política pública de educação com qualidade. Eles podem até justificar chamando mais 20 ou 30 mil ACTs que foram inscritos para preencher as vagas nas escolas dos trabalhadores que estão em greve e que têm seu posto de trabalho. Mas não é a mesma coisa! Não pode se tratar dessa forma. Os jovens, as crianças sofrem quando trocam de professor, quando botam um professor novo. Não é justo o que está acontecendo na educação catarinense!

Então, gostaríamos aqui de conclamar o estado para que de fato essa situação se resolva o mais rapidamente possível. Não podemos entrar numa queda de braço entre o estado, o nosso secretário da Educação e os nossos professores. É impossível tratarmos dessa maneira o funcionamento de uma política pública, a educação deste estado, que é um estado exemplo em muitas questões no nosso país. O governador, inclusive, em várias questões fala que este estado está em primeiro lugar.

Srs. deputados, para este estado continuar desenvolvendo-se e ficar em primeiro lugar tem que estar em primeiro lugar também no tratamento aos nossos profissionais da educação, que são o centro do desenvolvimento do futuro e das futuras gerações, na preparação das nossas crianças, dos nossos jovens para se encaminharem para a vida, para serem trabalhadores, empresários e agricultores de qualidade, que no futuro irão tocar nosso estado.

Então, o estado não pode continuar tratando em último lugar a questão salarial dos professores, uma categoria tão importante e que tem papel estratégico no futuro do nosso estado, na formação do ser humano que se prepara para enfrentar os desafios da vida. São pessoas que têm visão, não uma visão fechada, mas uma visão aberta do mundo, são pessoas que sabem, conhecem e viram-se em todas as condições que a vida oferece. Então, é impossível continuarmos com essa relação truncada, ou seja, sem o estado dialogar com a sociedade.

Eu atuei muitos anos em movimentos sociais neste estado e senti a dificuldade que este governador tem de dialogar, deputado Joares Ponticelli, com a sociedade. Nós aprovamos aqui várias moções solicitando que o governo receba as mulheres agricultoras e os professores. Será que é tão difícil dialogar com a sociedade? Pelo menos escutar, ouvir e colocar a situação do estado. Sabemos que o governador semanalmente ou quase diariamente recebe empresários, associações comerciais e industriais, inclusive li sobre isso no jornal esta semana, em Joinville. É correto? É correto, sim! Ele ouve os empresários? Ouve os empresários, sim, mas tem que ouvir o outro lado, tem que ouvir os trabalhadores que fazem o desenvolvimento deste nosso estado, porque sem os trabalhadores não haveria empresários e nem serviço público na área da saúde, da educação ou da assistência técnica, por exemplo, sobre a qual, há pouco, o deputado Valmir Comin falava aqui, lembrando o papel importante que a Cidasc cumpre.

Então, é isso que precisamos, é isso que queremos e por isso o nosso partido está aí conclamando o governo do estado a ouvir os trabalhadores, a sentar para discutir. Se a situação financeira do estado é delicada, isso não justifica. O nosso estado está crescendo, a arrecadação está crescendo mesmo com as isenções que entendemos que são exageradas, haja vista que este ano teremos mais de R$ 2,4 bilhões de isenções.

Então, as categorias de trabalhadores não podem pagar essa conta das altas isenções fiscais do estado, não podem! E depois justificam que não há dinheiro e que não podem pagar um salário digno, não podem incorporar os R$ 100,00, os R$ 200,00 para a categoria dos aposentados; que não podem atender as reivindicações dos agricultores na questão das cisternas, mesmo existindo um projeto de R$ 10 milhões a serem repassados pelo governo federal através de um convênio com o estado.

Então, é isso que estamos questionando, ou seja, o governo não pode continuar dessa forma, de costas para os trabalhadores catarinenses. É impossível continuar colocando as nossas crianças a todo instante numa dificuldade como esta agora, com a questão da greve, por falta de diálogo e por falta de compreensão das dificuldades que o nosso magistério enfrenta.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentar v.exa. pela coerência, pela serenidade do discurso, porque v.exa. chama a atenção do governo e assiste razão naquilo que traz para este debate.

Srs. deputados, há, por parte do governo, total insensibilidade, desleixo e despreocupação. E não dá para dizer, deputado Flávio Ragagnin, como bem lembrou o deputado Dirceu Dresch, que falta dinheiro. Eu lembrava nessa semana, deputado Dirceu Dresch, que no final do último governo para cá, a receita era de R$ 300 milhões/mês; hoje já é de R$ 800 milhões/mês, portanto, mais que o dobro. É verdade que exageraram na gastança nessas Regionais, mas também é verdade que há uma insensibilidade total não só com o magistério, mas também com todas as categorias dos servidores. Está havendo o desmonte completo do plano de cargos e salários; essa política de abono arrebenta o plano de salários, porque discrimina o professor que estuda, que se recicla, que se aperfeiçoa, discrimina o aposentado e o professor que está fora da sala de aula.

Por isso, a greve nasceu forte e o governo está brincando com coisa muito séria! Eu espero que tenha um pouco de sensibilidade e responsabilidade.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Quero reafirmar aqui a todos os deputados e deputadas que há um conselho de notáveis; há grandes lideranças sentando e discutindo a questão do estado. E queremos que os trabalhadores também participem e discutam o destino de Santa Catarina junto com o governo. A sociedade não gosta de greve, os alunos não gostam de greve, principalmente, mas os professores não fazem greve por qualquer motivo ou porque querem, eles estão lutando por uma educação pública de qualidade, uma educação pública...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados e deputadas, estávamos até ainda há pouco participando da abertura da III Conferência Estadual do Meio Ambiente, como membro da comissão do Meio Ambiente desta Casa e pudemos constatar a participação com afinco de mais de 350 delegados escolhidos em todas as regiões do estado, posicionando-se, pois levarão, em nível nacional, em maio as propostas de Santa Catarina, tendo como tema de fundo a questão do aquecimento global e quais as mitigações possíveis para diminuir o problema.

Sr. presidente, o que me traz hoje a esta tribuna, neste dia especial, é, primeiramente, para falar e registrar o dia mundial da luta das mulheres, que ocorrerá neste dia 8, neste final de semana de mobilização que já começou desde ontem em todo o estado com várias manifestações. E quero homenagear uma mulher, porque nós, políticos, temos que nos posicionar. Trata-se de Ingrid Betancourt, seqüestrada há muitos anos, aprisionada na selva e que é uma mãe. Não importa se foi em conseqüência de uma guerrilha que diga ser de esquerda, que faça atos como esse contra uma mulher e tantas outras mais, porque se trata de uma questão de humanidade e nós devemos condenar com a mesma veemência que nós condenamos quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, cometendo violências na prisão de Abu Ghraib, torturas que foram mostradas para todo mundo.

Da mesma forma, ainda mais nesse Dia Internacional da Mulher, queremos dizer que esta mulher está presa há mais de cinco anos, com problemas de saúde graves, sem ter cuidados e não pode continuar a ser objeto de exploração de uma negociação indigna, incorreta, mesmo que esteja numa luta de libertação do seu povo com qualquer justificativa. E temos que nos posicionar, porque acima de todos nós existe a questão humanitária e a questão principal que é a solidariedade.

Então, queremos manifestar esta homenagem, neste Dia Internacional da Mulher, à Ingrid Betancourt pelo que ela vem sofrendo, mostrando ao mundo que não se deve agir contra os princípios humanos. Não importa se são de esquerda ou de direita, nós temos que combater claramente aqueles que realizam atos desumanos e este é um exemplo. O nosso partido se manifesta solidário àquelas pessoas que têm seu direito de ir e vir violados.

Nunca foi e nem é princípio de quem tem responsabilidade democrática, socialista e de esquerda o seqüestro como forma de luta. Existem, sim, outras formas de quem sempre está disposto, se for necessário, a doar a vida para que haja paz e avanço da luta social, mas nunca usando esses atos desumanos.

Então, neste sentido, estamos sendo claro e objetivo ao condenar a prisão, pelas Farc, de Ingrid Betancourt. Nós também, como partido, neste horário político, estamos dizendo que a Colômbia errou ao invadir o Equador para realizar as suas operações. E queremos deixar claro o posicionamento do PPS e manifestar a nossa solidariedade humana à Ingrid Betancourt e a todas as mulheres no Dia da Mulher, pois para nós é muito gratificante a sua luta de libertação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0575/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0577/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0017/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0029/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0038, 0039 e 0040/2008, de autoria do deputado Flávio Ragagnin; 0041 e 0042/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0043/2008, de autoria da comissão de Segurança Pública...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, esta indicação do presídio regional de Tijucas foi amplamente debatida ontem na comissão de Segurança Pública e lá temos um problema muito sério. O presídio não está com sua obra totalmente realizada e foi construída para em torno de 150 presos e já há lá 300.

Então, a comunidade está pedindo o apoio da Assembléia Legislativa no que diz respeito a essa situação do presídio de Tijucas.

Esta indicação é reforçada por toda a comissão de Segurança Pública e foi aprovada na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A Presidência comunica ainda que serão encaminhadas as Indicações n.s: 0044/2008, de autoria da comissão de Segurança Pública; 0045/2008, de autoria do deputado Edson Piriquito...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, devidamente acordado com o nosso amigo deputado Edson Piriquito, eu irei subscrever esta indicação, no sentido de dizer que é uma demanda antiga da cidade de Balneário Camboriú, inclusive de vereadores que já nos procuraram para reiterar esta solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Portanto, srs. deputados, o deputado Sargento Amauri Soares também subscreve esta indicação.

A Presidência ainda comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0046/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, e 0047/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, este assunto estou tratando desde 2003, porque quando foi iniciado o programa de implantação de câmeras de segurança, elas foram implantadas, primeiramente, em Blumenau, em Joinville e em Florianópolis. Mas eu conhecia a programação que a Segurança tinha de implantação nas demais cidades e Tubarão constava na lista das cidades que seriam contempladas.

Deputado Silvio Dreveck, eu fiz uma indicação em 2003, em 2005, outra em 2007 e dois pedidos de informação tratando desse assunto. Não há como negar que a minha cidade de Tubarão, a minha região tenha sido totalmente desprezada por parte do governo do estado.

Por isso peço mais uma vez ao secretário Ronaldo Benedet uma atenção ao nosso pedido, porque nem no período do governo do bem aposentado Eduardo Pinho Moreira nós conseguimos atender este pleito lá no sul. Espero que agora o dr. Eduardo permita ao secretário que deixe de discriminar Tubarão, atendendo o nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor presidente da empresa Malwee Malhas, de Jaraguá do Sul, cumprimentando-o por ter sido escolhido no 15º Prêmio Expressão de Ecologia como Personalidade Ambiental 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, pedindo que seja feita a instalação de telefones públicos nas localidades de Fartura de Baixo, Fartura do Meio e Fartura de Cima, no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu só queria dizer que o deputado Joares Ponticelli tem convicção de que o governo atual é um governo diferente, que não discrimina, ele sabe disso, tanto que fez um convênio em Içara de R$ 4,5 milhões com o prefeito do PP. Ele quer se justificar com Tubarão, porque são muito poucos os pleitos de lá que atende.

Então, evidentemente que fica aqui...

(O deputado Joares Ponticelli fala fora do microfone.)

Tem que ouvir, sim, deputado Joares Ponticelli! V.Exa. não faz nada por Tubarão e quer se justificar aqui no plenário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente da República e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a suspensão dos procedimentos demarcatórios pela Funai demandados na Ação Civil originária ACO n. 1.100.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sobre a mesa moção de autoria dos srs. deputados Dirceu Dresch e Pedro Baldissera, a ser enviada ao governador do estado do Rio Grande do Sul e ao secretário de estado da Segurança Pública, que requer a libertação imediata da irmã Ostroski, repudiando a ação da brigada gaúcha que, sob ordem do governo do estado do Rio Grande do Sul, agiu violentamente a serviço da ilegalidade operada pela empresa transnacional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu, com muita honra, quero anunciar hoje uma grande festa em Santa Catarina. O eminente líder do governo desta Casa está de aniversário. Quero convidar todos para participarem dessa grande festa no dia de hoje para a comemoração do aniversário desse grande líder do oeste, deputado Herneus de Nadal, que completa mais um ano de vida.

Parabéns, deputado. Com certeza, em nome de toda a nossa bancada, sentimo-nos orgulhosos de ter v.exa. em nosso meio, pois presta um relevante serviço à sociedade.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Nós também queremos parabenizar o nobre deputado Herneus de Nadal e desejar-lhe muitas felicidades e que Deus continue abençoando-o.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -Pedido de informação de autoria do sr. deputado Flavio Ragagnin, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando esclarecimentos a respeito da cobrança de tarifa de energia elétrica de entidades comunitárias e residenciais na zona rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da comissão de Segurança Pública, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o plano de vôo do dia 16 de fevereiro de 2008, do helicóptero da Polícia Civil de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito seria o deputado Herneus de Nadal, mas como nós temos aqui um requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, em regime de prioridade, que requer, com amparo no Regimento Interno, arts. 106 e 107, que seja efetuada a sua inscrição para uso da palavra em Explicação Pessoal, na sessão plenária do dia 6 de março de 2008, e pelo fato de sabermos que ele quer fazer uma homenagem a Joinville, mas que também tem pressa de retornar a sua cidade, na serra catarinense, atenderemos, portanto, o seu pedido e concedemos a palavra ao deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente. O motivo do meu retorno é que temos um compromisso em Joinville e infelizmente estamos perdendo cerca de duas horas para passar na ponte de Navegantes.

Nos últimos dias que fui para lá, deputado Manoel Mota, levei uma hora e 55 minutos para rodar quatro quilômetros e 600 metros. Em uma hora e 55 minutos eu rodei apenas quatro quilômetros e 600 metros. E não adianta tentar ir por Ilhota porque na balsa também há fila por Gaspar. Está complicado. E eu ouvi a deputada Ana Paula Lima falar ontem aqui sobre a visita que fizeram lá em Joinville e o deputado Silvio Dreveck deve estar sofrendo com isto também, como todos nós que somos da região norte, com essa questão da ponte de Navegantes.

Então, antes de adentrar ao assunto que vou tratar nesta Casa, srs. deputados, eu queria dizer para o pessoal do DNIT que há uma saída para essa questão, que não é aumentar o brete ou a pista única perto da ponte, não! A saída é abrir 500 metros no sentido sul/norte antes da ponte, ou seja, abrir o concreto que divide a pista dupla e depois da ponte abrir 200 metros também, para desafogar a fila de meia em meia hora, principalmente na hora de *rush*, no momento em que fica trancado o trânsito de norte a sul por meia hora ou por 15, 20 minutos, liberando-o depois no sentido norte/sul, continuando-se a passar pela ponte que está em reforma.

Esta é a única solução visível, hoje, para enfrentar o problema da demora na ponte de Navegantes, que está sendo reformada, que precisa ser reformada, mas que está trazendo um problema muito grande às pessoas que por lá trafegam.

Mas eu queria fazer uma homenagem, neste momento, a duas personalidades, se assim pudemos dizer, as quais não vivo sem elas. Nesta semana do mês de março é sempre bom fazer uma homenagem.

Primeiramente, quero fazer uma homenagem a um ser que se não estivesse ao meu lado não saberia o que seria de mim, a começar pela minha mãe, que me gerou, que me cuidou, que hoje dá continuidade através da minha esposa, que me atende, que gerou os nossos filhos. Por isso quero fazer uma homenagem muito especial esta semana às mulheres que no dia 8 de março estão comemorando o seu dia.

É claro que não vou entrar aqui no motivo pelo qual se comemora no dia 8 de março esta data, porque sabemos da história triste, quando funcionárias, que queriam melhores condições de trabalho, foram trancadas dentro da fábrica, à qual foi ateado fogo, provocando as suas mortes.

Mas vale, deputado Silvio Dreveck, fazer a homenagem a esse ser tão fantástico que surgiu da costela do homem e foi colocada por Deus para ser adjunta do homem, sua companheira. Há uma frase assim: "Por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher". Eu digo que por trás não, sempre ao lado, se não for muitas vezes na frente. Mas eu queria fazer esta homenagem às mulheres.

Eu queria fazer também uma homenagem a minha terra natal, Joinville, a maior cidade do estado, que foi a cidade que Deus escolheu para eu nascer.

Joinville, pela sua pujança industrial, cultural, que deu tantos líderes para Santa Catarina e para o Brasil. Quero fazer, então, esta homenagem a todos nós, joinvilenses, que temos essa cidade como berço, não só para aquelas pessoas que como eu tive a honra de nascer na Maternidade Darci Vargas, como para todas as outras pessoas que adotaram Joinville como sua cidade.

Muita gente do sul, do oeste, de todas as cidades de Santa Catarina e também de todo o Brasil estão indo morar lá. E agora está vindo gente até de São Paulo e do Rio de Janeiro para morar em Joinville. Fugindo do agito e da segurança, estão achando Joinville uma cidade grande com uma cultura de interior. Não temos uma cultura de metrópole, ainda temos aquele negócio de conhecer o vizinho, de fazer até na rua a competição para saber qual o jardim mais bonito das casas. E isso tem sido um referencial para as pessoas que estão deixando as grandes metrópoles e vindo para Joinville.

Acredito que Joinville possa ser muito melhor, falando administrativamente. Acredito que Joinville possa ter uma prefeitura, um gestor público que cuide do indivíduo, do cidadão, e não só preocupado com aquilo que pode aparecer bem na propaganda. Só para dar inveja a todos os prefeitos de Santa Catarina, o Orçamento para este ano de Joinville ultrapassa R$ 1 bilhão. A previsão orçamentária chega quase a R$ 1,1 bilhão. Então, nós temos, no ano de 2008, uma pujança muito grande na questão de recursos e é possível fazer mais, é possível cuidar da cidade!

Eu entendo que o gestor público deve cuidar da cidade como um gerente. Sei que o deputado Edson Piriquito também tem essa mesma linha de pensamento, que é a linha de novos políticos, de novos gestores que olham a administração pública dentro da sua razoabilidade e também daquilo que deve ser alvo do empenho e do desempenho da função, que é a gratificação do cidadão, do munícipe.

Então, eu entendo que seja possível ter uma gestão pública da cidade que dê ouvidos para o contribuinte, em que a obra do bairro possa ser definida a partir das necessidades do munícipe, do contribuinte e não a partir da idéia de um prefeito, seja lá quem for, que esteja dentro de uma sala, que não conhece a realidade, deputado Flávio Ragagnin.

Muitas vezes, deputado, e v.exa. já sabe como são as coisas, a idéia que o prefeito tem para uma localidade não é a necessidade real do cidadão. Às vezes o prefeito está com a idéia de fazer uma coisa até boa para a população, mas aquilo não é necessidade emergencial dela. E o nosso partido, em Joinville, defende uma gestão por conselho. A partir do conselho de bairro, do conselho comunitário, com a representação forte de todas as entidades ligadas à segurança, à educação, à saúde, às igrejas, faz-se a discussão para definir as obras que estejam relacionadas às necessidades de cada morador, sendo encaminhadas para um conselho técnico que, com uma administração de uma organização paritária, que tem representação governamental e não-governamental, possa fazer uma análise técnica do assunto, encaminhando depois para um conselho superior, para, finalmente, após ser mastigada a questão físico-financeira, chegar-se a uma decisão política.

Joinville precisa de uma gestão assim. Precisa de uma gestão que possa sentar com os contribuintes e munícipes e ouvi-los.

Eu defendo, deputado Manoel Mota, uma educação em que as escolas, através dos alunos, professores e comunidade, possam escolher os seus diretores, esses que se preparam para o cargo com especialização onde hoje já existe. Não deve ser com uma canetada do prefeito a escolha do diretor, deve ser, sim, uma escolha feita pelos alunos, comunidade e professores.

Essa é a Joinville que penso que pode ser feita, e eu acredito nisso.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES- Concedo o restante do tempo a v.exa., deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu só queria cumprimentá-lo, pois v.exa. não demorou muito tempo para ter a visão de Luiz Henrique e criar conselhos nas regiões.

Então, quero parabenizá-lo por sua visão moderna em buscar...

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas não é criar cargo, é criar atendimento ao cidadão.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu quero cumprimentar, do plenário desta Casa, a delegação de Alfredo Wagner, comandada pelo presidente do PSDB, sr. Pedro Menezes, bem como a de Bom Retiro, comandada pelo presidente do PSDB, Nilo Bianchi, o prefeito José Farias e o sr. Albino Gonçalves Padilha, que estão acompanhando os trabalhos desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Herneus de Nadal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Mas antes desse deputado usar a palavra, quero transmitir, em nome da Mesa Diretora da Assembléia, em meu nome e, tenho a certeza, em nome da Casa e de todos os catarinenses, os parabéns ao deputado Herneus de Nadal, que está na sexta legislatura aqui neste Parlamento, sendo que nas últimas eleições foi o mais votado da história de Santa Catarina. É um deputado que, sem dúvida, orgulha a todos nós, catarinenses, pelo trabalho realizado nesta Casa ao longo de seu serviço público, de sua legislatura.

Parabéns, deputado Herneus de Nadal!

Com muito orgulho concedo a palavra ao aniversariante de hoje.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, quero agradecer o abraço fraterno que recebi de todos os meus parceiros de Parlamento. Esta Assembléia é grande, é forte, tem credibilidade por conta de todos os deputados que a integram e que a acompanham. Quero agradecer os votos que me foram dirigidos, agradecer intensamente, e procurar retribuir com o espírito fraterno um relacionamento estreito, positivo, em que a divergência das idéias não pode estar acima dessa relação que todos nós mantemos. Vamos discutir sempre em alto plano os nossos projetos e as nossas idéias, com este clima de respeito, de harmonia e de camaradagem.

Mas, srs. deputados, sr. presidente, assomo à tribuna no dia de hoje para fazer algumas considerações relativas aos manifestos de vários segmentos do servidor público em nosso estado, especialmente do magistério.

Vivemos num país democrático e por isso mesmo é importante que cada segmento da sociedade, começando pelo nosso agricultor e pelas nossas agricultoras que estavam e ainda estão na capital, possa fazer as suas manifestações e manter o contato com os seus representantes para mostrar as suas dificuldades, suas angústias, para que se possa harmonizar e que, através das possibilidades do estado, daquilo que ele possa dispor, atender o que é mais urgente, o que é mais necessário.

Por isso mesmo, ao fazer essa referência, srs. deputados, quero dirigir-me especialmente a um segmento com o qual temos mantido muito contato, sem que isso represente diminuir a importância dos demais. Mantemos esse contato como pai, como cidadão, com o magistério, que é formado por integrantes que permanecem mais tempo com nossos filhos do que nós mesmos. É lá que eles buscam a formação, que eles buscam o conhecimento para que possam tornar-se homens e mulheres de bem e que possam participar de uma forma efetiva dentro da sociedade, construindo e melhorando o nosso quadro social.

Mas, ao fazer essa afirmação pela importância do assunto, quero recorrer às palavras do escritor que são vazadas nos seguintes termos: “O ensino é simplesmente a alma da sociedade que passa de geração em geração”. Portanto, ele é fundamental, é indispensável, como a Segurança Pública também o é, e o setor da agricultura também.

E o governador do estado de Santa Catarina está extremamente preocupado com todos os setores, mas, como disse, vou-me reportar agora, neste momento, ao magistério e teremos condições logo de nos reportar, quem sabe, a todos os outros setores, todos imprescindíveis para o desenvolvimento do estado.

O nosso magistério, é verdade, se pensarmos em ideal de remuneração não só em Santa Catarina, mas no Brasil todo, deveria receber um valor que estivesse à altura daquilo que ele representa dentro da nossa família, na escola e na nossa sociedade. No entanto, todos nós estamos limitados, primeiro pela própria legislação, com o comprometimento dos percentuais, e, segundo, pelos recursos do Tesouro do estado.

Porém, srs. deputados, o IPC de 2003 até agora cresceu na faixa de 53%, e conseguimos proporcionar uma melhoria remuneratória ao nosso servidor público da área de educação na casa dos 110%, portanto, acima dos índices, dos indexadores que corrigem a nossa inflação. Por isso mesmo, deputado Manoel Mota, se me permite v.exa., depois vou ouvi-lo, gostaria de tratar aqui das tabelas da remuneração dos nossos bravos servidores da Educação.

Veja, v.exa., que um professor com licenciatura plena de nível superior, com 40 horas semanais do ensino fundamental nas séries finais e também do ensino médio, em janeiro de 2003 percebia um salário base de R$ 579,96; em janeiro, o total do vencimento era de R$ 769,96. Agora, com o abono proposto, em março deste ano, quem está na fase inicial recebe um salário de R$ 830,20, mas, com a concessão de abonos, vai para R$ 1.369,75, contra os R$ 769,95 de janeiro de 2003. Mas, mais do que isso, quem estiver no final de carreira vai receber, com os triênios, com as vantagens, a remuneração final de R$ 2.286,42.

Em agosto, quando for integralizado o abono, o servidor do magistério com 40 horas semanais, com licenciatura plena, passará a receber R$ 1.469,75. E aquele que estiver em fase final de carreira, R$ 2.386,42.

É lógico que o ideal seria incorporar o abono, todos nós queremos, mas temos a limitação financeira do estado que não nos permite chegar a isso. No entanto, nós queremos destacar aqui a preocupação do governador Luiz Henrique da Silveira, a preocupação de todos nós, para que possamos continuar esse trabalho dedicado do magistério de Santa Catarina, que faz com que o nosso estado tenha as melhores escolas públicas do país, bonitas, informatizadas. É lógico que o nosso profissional está inserido nesse ambiente de trabalho e o nosso desejo é que possamos no futuro, além da incorporação do abono que é uma reivindicação, também conceder melhorias salariais.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Gostaria de cumprimentar v.exa., parabenizando-o por defender uma categoria tão importante como a dos professores.

Mas como estou inscrito depois, e o tempo de v.exa. está-se esgotando, posteriormente concluirei o meu raciocínio, para colocar aquilo que pretendemos e entendemos que é positivo.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, tenho certeza de que v.exa. tem-se preocupado com todas as questões, não apenas as da Assembléia, mas de todo o estado, e sabe como é importante o trabalho que a Rádio Alesc Digital presta divulgando as ações, as intenções dos deputados, que no fundo refletem as intenções do povo catarinense. No entanto, precisamos ampliar as condições técnicas e funcionais, para que possa ser realizado melhor esse trabalho. Além do que, essa rádio deveria, além de divulgar o serviço dos parlamentares, divulgar também o trabalho e os planos dos prefeitos, para promover uma integração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - É justa a sua preocupação, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de fazer um registro a respeito de um requerimento que foi aprovado nesta Casa, sobre a Malwee Malhas, de Jaraguá do Sul, que tem como presidente o sr. Wander Weege.

A empresa recebeu o 15º Prêmio Expressão de Ecologia, como Personalidade Ambiental 2007. Jaraguá do Sul tem um potencial industrial e econômico que vem-se destacando como um todo no cenário catarinense, e a empresa Malwee, através de seu presidente, Wander Weege, além de proporcionar oportunidades às pessoas, tem demonstrado, ao longo dos anos, a sua grande responsabilidade social e ambiental; tem contribuído com a saúde do município, com a educação, com o desporto de Jaraguá do Sul, catarinense e nacional, e agora recebe esse prêmio justo.

Queremos fazer esse registro e cumprimentar o município de Jaraguá do Sul por ter um empreendedor da visão de Wander Weege.

Ao mesmo tempo, não poderia deixar de manifestar-me sobre um assunto que foi debatido nesta Casa, a questão energética em Santa Catarina, mais precisamente na região norte e nordeste, em especial, Joinville, quando aqui se manifestaram vários deputados, como o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, que está ausente neste momento.

Preocupou-me que na sua manifestação com relação ao deputado Joares Ponticelli, o deputado Manoel Mota dizia, deputado Flávio Ragagnin, que o deputado Joares Ponticelli tem criticado a cidade de Joinville. Eu quero resgatar a verdade, por uma questão de justiça, porque o deputado Joares Ponticelli nunca criticou a cidade e nem o município de Joinville! Pelo contrário, tem enaltecido aquele município pujante, que é um exemplo para Santa Catarina. O deputado Joares Ponticelli tem feito suas críticas, sempre construtivas, com relação ao governo do estado, que não tem nada a ver com aquele município.

Então, quero deixar aqui registrado e esclarecido que o município de Joinville, como todos os municípios catarinenses, são reconhecidos por todos os parlamentares e pelo governo, evidentemente. Nós temos que tomar cuidado, porque podemos, voluntária ou involuntariamente, colocar um parlamentar contra uma determinada população, o que não seria bom para nós. Assim, gostaria de deixar esse fato muito claro.

Com relação ao que se debateu ontem nesta Casa, ou seja, o porquê do problema energético na região norte/nordeste catarinense e, em especial, de Joinville.

Em primeiro lugar, nós temos que lembrar que, que no estado de Santa Catarina, alguns municípios vêm-se destacando mais que outros no seu crescimento, no seu desenvolvimento. Ontem, foi colocada aqui a situação de Joinville, que tem crescido acima da média, e é verdade. Foi enaltecido que esse crescimento se deve exclusivamente ao ex-prefeito municipal e atual governador do estado. Não quero aqui tirar nenhum mérito, quero crer que ele deve ter dado sua contribuição para que isso acontecesse. Mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer o espírito empreendedor dos joinvilenses e também da economia daquele município.

Além de Joinville, outros municípios vêm crescendo acima da média. Jaraguá do Sul é um exemplo; Itajaí é outro; além de São Francisco do Sul, que está crescendo mais de 20%, sr. presidente.

Então, por uma questão de justiça, podemos lembrar que outros governos também incentivaram a vinda de empreendedores para Santa Catarina, levando-se em consideração, principalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano. E cito o caso da siderúrgica Vega do Sul, que se instalou em São Francisco do Sul; da Cebrace, em Barra Velha; da Marsegaglia, em Garuva; da Madel, em Araquari. E agora há uma seqüência de novas pretendentes, de novos empresários, ou seja, empresas catarinenses, ou não catarinenses estão pretendendo instalar-se em Santa Catarina, o que será muito bom para todos nós. Mas não podemos esquecer que esses municípios que se destacaram, e vem-se destacando, têm suas razões econômicas, e que isso se deve muito ao espírito empreendedor local.

Quanto à situação preocupante em Joinville, devo dizer que isso não ocorre só lá, mas também em Jaraguá do Sul e em outros municípios, onde a energia está deficitária - senão no momento, mas amanhã ou depois. E prova disso é que a montadora GM destaca, mais uma vez, a sua preocupação, segundo matéria destacada no dia de hoje, com a energia, dizendo que poderá comprometer futuramente um empreendimento, como será o da GM. E comprometerá também outros empreendimentos que já estão vindo ao município de Joinville e nos municípios circunvizinhos.

Mas o que me chama a atenção é que houve manifestações dizendo que o governo está preocupado com a situação da energia em Joinville e que por isso fez um decreto.

Deputado Pedro Uczai, debatemos na comissão de Economia e aqui neste plenário, ao longo do ano de 2007, a situação preocupante da falta de energia em Joinville e região. Alguém se manifestou dizendo que o governador tem-se manifestado na imprensa. Ora, escrever um artigo no jornal, com todo o respeito, é insuficiente! Esse alerta vem sendo dado pela Associação Comercial e Industrial de Joinville e de outros municípios há muito tempo, e a Celesc projetou mal.

Ora, ainda havia tempo de o governo do estado pedir uma audiência com o presidente Lula - porque o presidente não se tem negado a receber o governador, deputado Elizeu Mattos, muito pelo contrário! E se há uma pressão para nomear companheiros correligionários do partido todos os dias, por que não pedir uma audiência ao presidente Lula para uma obra tão importante para o desenvolvimento de Santa Catarina?! Eu não tenho dúvida de que não haveria necessidade de decretar situação de emergência para contratar essa obra tão importante para Santa Catarina, para o município de Joinville e para toda a região.

Faço um apelo aos nossos deputados federais, principalmente aos que dão sustentação ao governo, em especial o PMDB, para, junto com o governador Luiz Henrique, pedirem uma audiência com o presidente Lula. E tenho certeza de que ele não vai negar e certamente assumirá o compromisso de fazer com que essa obra seja realizada, evitando-se esse problema de decretar situação de emergência para fugir de uma licitação que poderá, evidentemente, ter um custo maior para a população catarinense e para o próprio governo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, que representa Lages e tantos outros municípios da serra catarinense.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, antes de iniciar a minha fala, quero também dar os parabéns a esse grande líder do governo, ao nosso amigo com quem a cada dia aprendemos mais, a esse cidadão do bem, o deputado Herneus de Nadal, que hoje faz aniversário, completa mais um ano de vida.

Eu tenho me espelhado muito e também aprendido bastante com v.exa. nesse pouco tempo que estou neste Parlamento. Realmente v.exa. tem sido o meu professor aqui nesta Casa. Por isso que quero, no início do meu pronunciamento, também desejar ao deputado Herneus de Nadal um feliz aniversário! Espero que esta data se repita por muitos e muitos anos!

Hoje vamos falar de obras, de ações. Ontem, ao ouvir a sua fala, deputado Silvio Dreveck, eu fiquei de dar uma resposta, mas, como tive de viajar, acabei não me pronunciando. Mas ontem o deputado fez referência a uma questão de cultura. Inclusive foi citado que o governador estava dando dinheiro para atriz "a", para atriz "b", recursos do estado de Santa Catarina.

Com o maior respeito ao líder, deputado Silvio Dreveck, devo dizer que, na verdade, o que o governo do estado fez foi, nada mais, nada menos, aplicar a lei de incentivo à cultura. E isso existe tanto em nível federal, do governo Lula, como em nível estadual, do governo Luiz Henrique da Silveira. O que o governador tem feito - e isso é uma constante, meu líder, deputado Manoel Mota - é incentivar a cultura do estado de Santa Catarina. Todos sabemos que um estado sem cultura é um estado sem futuro. E Santa Catarina tem futuro porque possui uma boa lei e fundos de cultura e a cultura aqui é preservada e apoiada pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

Mas nessa semana que passou, deputado Manoel Mota, a serra catarinense viveu bons momentos com as viagens do governador de toda Santa Catarina e por toda Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. No domingo passado, estivemos - e o deputado Professor Grando esteve lá conosco - em São Joaquim, numa grande festa que reuniu pessoas de diferentes partidos políticos para a inauguração do primeiro trecho do Anel da Maçã, uma estrada que não é estadual.

O Anel da Maçã é uma estrada municipal, deputado Sargento Amauri Soares, que é importante para o escoamento de 40% da produção de maçã do município de São Joaquim; uma estrada que o governador anterior ao Luiz Henrique prometeu e disse que só precisava estadualizá-la, que aquela obra era o compromisso maior dele com São Joaquim.

E recordando o passado e lembrando daquele que governou antes de nós, o governador do tapetão, descobrimos que na época a estadualização aconteceu. Esta Casa aprovou a estadualização do Anel da Maçã, que era um projeto apresentado pelo ex-deputado Ivan Ranzolin.

Mas o que aconteceu na realidade - e temos que falar a verdade aos catarinenses - foi que esse mesmo cidadão, esse ex-governador, depois de ter sido aprovada a estadualização do Anel da Maçã, vetou o projeto aprovado pelo seu líder na época, o deputado Ivan Ranzolin, e a estrada do Anel da Maçã não saiu do papel.

Fomos lá inaugurar e disseram que fizemos pouco, oito quilômetros da estrada. Mas foi feita essa etapa dos oito quilômetros! E trata-se de uma estrada que, diga-se de passagem, não é estadual; ela é municipal e foi realizada com recursos do estado, porque não houve a estadualização na época.

Então, vivemos um bom momento naquele domingo, deputado Professor Grando, quando cerca de três mil pessoas compareceram à inauguração da tão falada estrada do Anel da Maçã.

Ontem vivemos novamente, deputado Serafim Venzon, outro momento importante na serra catarinense: o governador Luiz Henrique foi a Ponte Alta para inaugurar o Colégio São Tarcísio - e o prefeito Paulinho, daquela cidade, é do PT, e, portanto, é seu amigo, deputado Pedro Uczai. E a outra escola de lá, o Colégio Santa Gertrudes, que é do estado, já foi inaugurada e está novinha em folha! Portanto, repito, foi inaugurado o Colégio São Tarcísio, obra essa esperada há muito tempo. E é muito fácil criticar; o difícil é realizar!

Depois o governador Luiz Henrique esteve em Lages, deputado Peninha, inaugurando o primeiro posto com GNV, sendo que o gás natural chegará através de caminhões e, posteriormente, por gasoduto.

Mas o ato mais importante, ontem, anunciado numa grande festa pelo governador Luiz Henrique, em Lages - e sem falar das viaturas da polícia e do monitoramento eletrônico que nos próximos dias estará sendo licitado pela secretaria da Segurança Pública, pelo secretário Ronaldo Benedet -, foi a apresentação do projeto concreto do gasoduto ligando Indaial ao alto vale do Itajaí, passando por Otacílio Costa, Correia Pinto e chegando a Lages. Inclusive, há dois anos o deputado Peninha participou do lançamento do edital, sendo que na época foi dito que em dois anos estaríamos com o projeto do gasoduto pronto. Pois nem chegou a completar os dois anos; cumpriu-se antes o que foi prometido ao povo serrano!

Lembro-me bem que no dia 8 de março de 2006 foi lançado, deputado Serafim Venzon, o edital para a execução do projeto do gasoduto. Ontem, dia 5 de março, estávamos lá, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, para a apresentação do projeto do gasoduto.

O que significará o gás natural para a nossa região, sendo que a nossa já foi uma região fantástica para a economia catarinense e destaque nacional? A possibilidade do gás natural, que se dará devido a uma posição tomada pelo governador Luiz Henrique - e quero aqui ressaltar também o trabalho do deputado Ivan Ranzolin -, trará outros ares e uma amplitude maior à nossa região, no que se diz respeito à economia. Isso porque lá vamos oferecer uma matriz energética para atrair empresas para a nossa região, e assim competir em igualdade de condições com qualquer outro município do estado de Santa Catarina ou do território brasileiro. Inclusive uma grande empresa do setor automecânico já sinalizou no sentido de se instalar na região. Uma das maiores empresas do mundo de transmissões já sinalizou com a possibilidade da sua instalação na região de Lages, pelo simples motivo da apresentação do projeto do gasoduto para a nossa região.

Foi um ato bastante importante. E ontem nós, lageanos, ficamos felizes! Eu, como representante da serra catarinense, fiquei muito contente!

Ontem também foi um dia de agradecer a Luiz Henrique da Silveira pela sua luta, pela sua coragem, pela sua visão de futuro, por gostar de Santa Catarina como ninguém. Muita gente fala de Santa Catarina aqui no plenário, mas não sei se gostam tanto deste estado quanto o governador Luiz Henrique gosta!

Quero, neste plenário, nesta quinta-feira, em nome de todos os serranos e lageanos, fazer um agradecimento ao nosso governador por olhar pela serra catarinense e atender aos pedidos da nossa região, da nossa serra e da nossa Lages!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidoras e servidores públicos, demais trabalhadores que nos acompanham nesta sessão, gostaria, em debate com o deputado Herneus de Nadal, de dizer que os números, embora eu não tenha me debruçado sobre eles, podem dizer uma coisa que representa uma realidade para um grupo de professores. Mas a questão está sendo debatida pelo Sinte - e é o motivo da greve - porque a proposta é que seja pela incorporação do abono, e não pela continuidade da política do abono, ou de um abono piorado, que se está chamando aí de prêmio Educar e que os professores estão chamando de castigo educação justamente porque o que estabelece para os menores, para os ACTs e para aqueles que entraram há menos tempo é até significativo, mas para os professores com 20 anos de trabalho desagrega a carreira. E para os professores aposentados e doentes é zero.

Nós contestamos também o fato da condição financeira do estado porque, apesar dos incentivos fiscais, ele poderia estar gastando mais com salários, segundo o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo limite máximo é 49% e não apenas 46,55%, que é o limite prudencial. O limite máximo é 49%, e o governo pode gastar isso. E antes de chegar aos 49%, o governo consegue incorporar os R$ 100,00 de abono para o magistério e pagar a Lei n. 254 inteira, apesar das inúmeras isenções fiscais dos últimos anos.

Os praças estão aí com grande angústia e expectativa, porque temos companheiros nossos, ex-diretores e atuais diretores da Aprasc respondendo a um processo na Justiça, talvez tendo que pagar multa pecuniária, e inclusive pela decisão que todos juntos tomamos, há cerca de cinco anos, de apoiar o governador Luiz Henrique. Então, até isso nós temos. E possuímos também processo na Justiça Militar e na outra Justiça, inclusive por termos apoiado o governador que foi reeleito em 2006.

Então, existe uma grande angústia, e até revolta, e estamos aguardando que seja aberto novamente o diálogo na questão da Lei n. 254 e nas outras questões também que não custam dinheiro nenhum, que não custam nenhum recurso financeiro.

Eu gostaria de voltar ao assunto que temos falado essa semana. E agradeço pelos sete votos que recebemos a favor da moção de nossa autoria de ontem, no sentido de dar as boas-vindas ao governo do Equador ao Brasil e defender a soberania daquele país. Esse é um assunto que está sendo desviado. Uns dizem que se trata de uma intervenção de natureza ideológica do deputado Sargento Amauri Soares, mas eu diria que não. Estamos defendendo as nossas posições com base na legislação, na lei internacional, na proclamação dos direitos universais, posterior à II Guerra Mundial, e que a ideologia existe também no contraponto.

Nós nunca nos propusemos a ser isentos de ideologia. Muito pelo contrário, todos aqui estamos impregnados de ideologia, somos representantes de forças políticas. Então, não existe nenhum problema em ser ideológico. O problema é querer ver ideologia só nos outros e a sua avaliação ideológica não. Essa é técnica, é verdadeira, é isenta. Não existe isso aqui neste Parlamento.

Vou tentar passar dados objetivos para que possam entender um pouco da história e da realidade. Existe uma guerra civil na Colômbia há 45 anos. Não estamos falando da realidade brasileira de hoje ou de 40 anos atrás, no tempo da ditadura, quando também houve guerra civil no Brasil; estamos falando de uma guerra civil na Colômbia, que já dura 45 anos. Quanto à forma de luta, cada povo escolhe e faz aquela que lhe é possível em determinada conjuntura, em determinado momento histórico.

E ao falarem que existe um desprezo da insurgência colombiana com relação às formas pacíficas de luta, também é não reconhecer a história dos processos políticos naquele país nas últimas décadas. Porque na década de 80, a esquerda colombiana tentou organizar-se, através de partido político, para participar via institucional e concorrer à eleição. Criaram a União Patriótica, a UP, e foram participar dos processos eleitorais como partido político. E quando a União Patriótica começou a crescer, o governo massacrou os seus militantes. Foram seis mil, deputado Manoel Mota, militantes da esquerda, na Colômbia, na década de 80, assassinados, mortos. E não foi assim num combate militar, numa floresta, foi nas ruas das principais cidades, através de um bombardeio com a metralha da aviação sobre manifestações pacíficas, durante um processo eleitoral, quando a União Patriótica tinha a chance de ganhar a eleição. Mas seis mil militantes foram mortos, quando a esquerda colombiana tentava disputar o processo político pela via institucional.

Por outro lado, é preciso dizer, pois agora está ficando claro, qual era o objetivo de Raúl Reyes e seus companheiros naquela região da fronteira do Equador com a Colômbia, ou seja, eles queriam liberar os reféns, os prisioneiros de guerra. Já tinham soltado seis, em duas vezes, e nos próximos dias iam conseguir liberar também Ingrid Betancourt.

Vejam, o governo da Colômbia dificultou a negociação direta. De que forma os seis reféns foram liberados? Não saíram simplesmente caminhando pela estrada ou pegaram um ônibus e depois um avião para ir para Caracas! Tiveram que sair pela floresta de forma clandestina, porque senão o governo da Colômbia teria bombardeado quem os estivesse transportando! Foi dessa forma e nessas condições!

Concordo com o deputado Professor Grando que Ingrid Betancourt tem que ser liberada. E digo mais: talvez até hoje, ou depois de amanhã, no Dia Internacional da Mulher, ela chegasse a Caracas, assim como chegaram os outros seis, daquela mesma forma, ou seja, pela ação humanitária que estava sendo realizada naquela área de fronteira. Ação humanitária, sim! O governo da Colômbia não é só responsável por ter bombardeado o território do Equador, mas do ponto de vista da lei internacional, até a Organização dos Estados Americanos já disse isso, ele errou quando interveio e atuou militarmente sobre o território do Equador. Mas existem erros, e eu diria, crimes políticos de outra natureza que não estão na lei. O bombardeio foi feito também para que eles parassem, cessassem de liberar os prisioneiros de guerra através daquela área para Caracas, porque cada prisioneiro solto que chegasse a Caracas era uma vitória do governo Hugo Chávez e isso era uma prova de que as Farc estavam cedendo, apesar da intransigência do governo, de forma unilateral.

Concordamos com o deputado Professor Grando, no sentido de que Ingrid Betancourt e todas as outras prisioneiras de guerra merecem passar o dia das mães livres. Assim como, deputado Professor Grando, a militante Sônia, da insurgência colombiana, que está presa nos Estados Unidos! Veja só o nível de soberania do governo da Colômbia diante dos Estados Unidos. Simon Trinidad e Sônia estão presos nos Estados Unidos, pois o governo colombiano os extraditou para lá.

Então, essa é a realidade que está colocada e é isso que nós precisamos analisar: onde está a realidade e a vontade de dialogar do governo da Colômbia e..

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero, através desta tribuna, fazer o convite a todos os parlamentares desta Casa e também a todos os catarinenses, especialmente à comunidade acadêmica, para, segunda-feira, dia 10, às 16h, participarem do ato de assinatura do convênio referente ao art. 170. O governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com a secretaria de Educação, através do deputado Paulo Bauer, estará assinando o convênio referente ao art. 170 com as universidades do sistema Acafe e com as universidades particulares, num total de mais de R$ 36 milhões.

Então, gostaria de colocar alguns dados aqui para os catarinenses terem idéia do volume de recursos que estão sendo repassados. No ano passado, por exemplo, em 2007, foram repassados R$ 29.200.817,00 para as universidades do sistema Acafe, que na época atendia a 123 mil alunos; para o sistema de universidades particulares foi repassado R$ 3.224.000,00, que atendiam 48 mil alunos. E assim foi distribuído para essas universidades particulares ou para as universidades do sistema Acafe um valor proporcional ao número de alunos matriculados.

A universidade, por sua vez, faz uma seleção dos alunos mais necessitados, através de uma comissão transparente, aberta, com a participação dos alunos, dos professores e do Ministério Público. Aí se escolhem quais alunos serão beneficiados pelo sistema. O resultado é publicado no mural para conhecimento de todos e ainda há um prazo para denúncias. Se algum aluno disser que esse ou aquele não pode estar nessa listagem porque é filho do dr. fulano de tal, que tem uma renda muito maior do que a declarada, a comissão que faz a seleção tomará as providências cabíveis.

Então, no ano passado, foram repassados para as universidades do sistema Acafe R$ 29.200.000,00 e R$ 3.224.000,00 para as universidades particulares, em dez parcelas. Foram pagas todas as parcelas para as universidades credenciadas, faltando receber algumas parcelas apenas duas ou três universidades por questão de apresentação das contas. Mas o dinheiro delas também já está disponível para ser recebido desde que façam a apresentação das contas.

Segunda-feira, o governo estará assinando o convênio para 2008, quando será repassado às universidades particulares, um montante de R$ 31.230.000,00. E essas universidades do sistema Acafe atendem 121.744 alunos. Para terem uma idéia, a Univale, por exemplo, neste ano, está atendendo 21.835 alunos e receberá R$ 5.601.155,00, divididos em dez parcelas, ou seja, R$ 560.000,00 para atender aqueles alunos que a Univale vai selecionar como carentes. Isso corresponde de 12% a 14% dos alunos matriculados com alguma forma de benefício através do art. 170.

A Unisul, por exemplo, na minha relação aqui, agora é a maior universidade em número de alunos, pois tem 24.565 alunos e vai receber R$ 6.301.000,00, divididos em dez vezes; a Furb receberá R$ 2.843.545,00; a Unesc, R$ 2.884.414,00; a Univille, R$ 2.037.553,00; a UnoChapecó, R$ 1.883.640,00; a Unoesc/Joaçaba, R$ 3.502.294,00; a Uniplac, R$ 1.033.014,00; a Unerj, R$ 885.257,00; a Unidavi, R$ 965.805,00; a UnC/Caçador, R$ 2.829.949,00; a Unifebe, R$ 629.505,00, e a Febave, R$ 232.409,00, totalizando um valor de R$ 31.230.000,00, que serão divididos em dez parcelas, mês a mês, e repassadas às universidades.

Como disse anteriormente, a cada semestre é feita novamente a seleção dos alunos mais carentes, que correspondem, aproximadamente, de 12% a 15% dos alunos. E essa listagem é publicada num mural, num local público da universidade, para que todos tomem conhecimento e também contestem a lista. E muita gente, deputado Manoel Mota, vem reclamar para nós dizendo que o fulano recebeu a bolsa e é filho do dr. cicrano, que tem uma renda muito maior do que é declarada e que está lá na lista.

Bem, não cabe ao deputado Manoel Mota, ao deputado Serafim Venzon, ao governador Luiz Henrique e nem ao senador Leonel Pavan descobrir quem é mais carente e classificá-los neste artigo. Então, tem que haver a participação da sociedade. Apostamos que todos falem e usem da verdade. Mas quem pretende a bolsa, muitas vezes, usa o artifício de omitir algumas informações.

Então, cabe aos universitários participar desse processo não para denunciar, mas para revelar algum nome que julgar errado. Não adianta apenas dizer-nos que temos que denunciar a sua universidade, pois é ela que tem a responsabilidade de investigar a veracidade dos dados e tomar as providências.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputado Serafim Venzon, pela maneira clara com que faz seu pronunciamento.

Espero que o deputado Joares Ponticelli e o eminente deputado Pedro Uczai, que foram os que mais criticaram o art.170, dizendo que o governo não estava cumprindo, venham a essa tribuna pedir desculpas ao secretário da Educação e ao governo, que cumpriram até o final do ano as dez parcelas. Só não recebeu quem não prestou contas. E para aquele que não prestou contas, o dinheiro está disponível na secretaria da Educação.

Então, isso mostra que um governo que tem planejamento e que é sério cumpre a sua missão. E aquelas críticas que fizeram, evidentemente, devem ser retiradas pelos próprios deputados.

O governo cumpriu e por isso nós queremos cumprimentar o secretário e o governador do estado. Eu espero que esses deputados se manifestem nessa direção.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Para concluir, quero dizer que neste ano as universidades particulares e as do sistema Acafe têm aproximadamente 170 mil alunos matriculados. Elas irão receber mais ou menos em torno de R$ 35 milhões do art.170, que visa beneficiar de 10% a 15% dos alunos mais carentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente gostaria de parabenizar o líder do governo, deputado Herneus de Nadal, desejando-lhe muitas felicidades, muita saúde com seus familiares e com seus amigos também no dia do seu aniversário.

Srs. deputados, hoje quero falar sobre educação. O deputado Serafim Venzon falou sobre o art. 170 e o deputado Manoel Mota indagou da possibilidade deste deputado fazer uma autocrítica em relação ao cumprimento ou não do art. 170.

Tenho três considerações a fazer sobre o art. 170, porque depois vou falar sobre outros temas da área da educação. Primeiro, em relação ao art. 170, fui o autor da regulamentação desse artigo constitucional que não estava em vigor até 1999. Portanto, sempre lutei pelo direito à educação, pelo direito à universidade, pelo direito à bolsa de estudos, porque é uma das melhores heranças, deputado Manoel Mota, que um pai e uma mãe podem deixar para seus filhos; e o agente público tem a responsabilidade de dar direito à educação, direito à universidade.

Então, não só estamos lutando pelo art. 170, como vamos votar este ano para que o art. 171 seja cumprido, pois foi sancionado pelo governador do estado em 25 de janeiro. Além disso, estamos lutando para expandir a Udesc. Por isso, 10% do art. 171, proposta minha aprovada pelos parlamentares, serão destinados para expandir os cursos e os *campi* da Udesc para o interior do estado; também para a formação de professores e docentes foram destinados 20%.

Essa foi a minha proposta aprovada por esta Casa, conforme consta no art. 171. Dos incentivos fiscais do governo deste ano, num total de R$ 2,3 bilhões, serão disponibilizados 2% para o ensino superior, o que equivale aproximadamente a R$ 46 milhões em 2008 para o ensino superior, conforme aprovado por esta Casa, ficando 20% para a pesquisa e extensão; 30% para os alunos carentes dos cursos de graduação; 20% para os cursos de pós-graduação; 10% para a Udesc e 20% para os cursos de licenciatura. Então, vamos lutar para que isso seja cumprido.

Em segundo lugar, em relação ao art. 170, deputado Manoel Mota, nós tínhamos razão, sim, pois no ano passado as mensalidades e os repasses do art. 170 estavam atrasados. E trouxemos dados e informações para esta Casa, porque a minha tarefa era lutar para que fosse regularizado o acordo e o convênio que o próprio governo do estado assumiu com as universidades.

Agora o governo está assinando novamente o convênio com as universidades. O deputado Serafim Venzon deixou aqui muito claro, através dos números, o que será assinado com as universidades. Mas os reitores têm que saber que estão assinando um convênio sem o total do repasse que prevê o art. 170, que diz claramente que 5% dos recursos para a educação serão destinados para o ensino superior. Portanto, 5% da educação destinados ao ensino superior, através do art. 170, não perfazem R$ 31 milhões ou R$ 35 milhões; mas ultrapassam R$ 53 milhões ou R$ 55 milhões, dependendo do cálculo da receita.

Sendo assim, o que os reitores irão receber assinando esse convênio é em torno de 60% do que prevê o art. 170. Digo isso só para deixar claro e não vou fazer aqui embate porque meu desejo, deputado Manoel Mota, é sincero, ou seja, que o governo cumpra o que prevê a Constituição, fazendo com que esses milhares de jovens possam ter garantida a continuidade de seus estudos na universidade.

Nunca farei aqui embate de Situação ou Oposição em relação ao art. 170! O que queremos é que o governo cumpra o art. 170 e repasse sagradamente o que prevê a Constituição, pois qualquer cidadão precisa cumpri-la e o governo do estado também!

Em segundo lugar, quero falar sobre o magistério, sobre a educação. Nenhum professor quer greve, o Sinte também não quer greve, mas o governo do estado está insensível e não atende, não dialoga. O próprio deputado Elizeu Mattos disse aqui que, conforme o roteiro da agenda do governador no dia de ontem, ele estava ausente da capital. Quer dizer, não recebeu as mulheres que solicitaram audiência, pois foi inaugurar obras no interior do estado! Ele poderia transferir a inauguração dessas obras, que também são importantes, para receber em audiência as mulheres do campo e da cidade se as valorizasse. E se estivesse preocupado efetivamente com o magistério, poderia receber os professores, através do Sinte, para dialogar e atender parte, pelo menos, das reivindicações.

Quero ler aqui um artigo do jornalista Paulo Alceu que reflete muito bem sobre a greve.

(Passa a ler.)

"Diferente do que previam os alquimistas do governo, houve mobilização e unidade. A assembléia dos professores lotou as dependências do Clube 12, em Florianópolis. A principal reivindicação é a incorporação do abono de R$ 100 ao salário, além de aumentar o piso para R$ 650."[sic]

Nós estamos discutindo o piso nacional, deputado Manoel Mota, no valor de R$ 950,00. Aqui em Santa Catarina o que os professores querem é um piso de R$ 650,00, o que representa um aumento de 6,8%. Por que aumentar o piso? Por que um aumento de 6,8%? Porque dessa forma se faz isonomia, iguala-se a política pública, permite-se que os menores tenham uma valorização maior, através do piso inicial, mas também se permite universalizar esse direito para os ativos e para os inativos.

A discussão que os professores estão fazendo sobre o Prêmio Educar não é o valor de R$ 100,00 ou de R$ 200,00. O que se está discutindo no Prêmio Educar é o fato de, por antecipação, excluir parte da categoria. Portanto, vira castigo a pessoa trabalhar 20, 30, 40 anos, aposentar-se e nessa hora perder esses direitos. Quando se luta para que o abono seja incorporado ao salário é também uma política pública, é paridade salarial, é política de carreira.

Qual a motivação de um professor que inicia a sua carreira com um piso que não chega nem a R$ 600 e que quanto mais se titula, quando mais tempo trabalha, mais risco corre de perder os próprios direitos? É isto que está em jogo, é isto que está em discussão, é isto que está definindo a greve do magistério: é implantar política pública para todos, isonomicamente, com paridade salarial, com perspectiva de carreira, para que o professor que tem graduação faça pós-graduação, faça mestrado, faça doutorado, trabalhando cinco, dez, 15, 20 anos, e quando se aposentar possa fazê-lo com dignidade. É isso que está em discussão! É isso que está em debate! Portanto, é decisão política! Decisão política de um governo que elege a educação como prioridade ou não.

Não é dividindo a categoria que a educação vai ter qualidade! Não é dividindo a categoria, com uma parte recebendo prêmio e a outra parte sendo excluída, que vai dar qualidade à educação, vai dar futuro, vai dar dignidade para os profissionais. Se momento de se aposentar perde 30% do salário, qual é a chance de ter um professor motivado em sala de aula?! Qual é a perspectiva? Vira castigo ter licença-prêmio, pois perde o direito, perde o prêmio. A aposentaria vira castigo!

Então, não é apenas uma discussão de valores. O que o magistério definiu e quer é que o governo tenha sensibilidade e aumente o piso salarial em 6,8%! Portanto, é decisão política, é vontade política de, com a ampliação da receita nos últimos anos em nível nacional e estadual, aumentar o piso em 6,8%, além de incorporar os R$ 100,00 do abono ao salário.

Se o governo está discutindo o Prêmio Educar de R$ 200,00 para os professores da ativa, R$ 150,00 para os especialistas e para os assistentes da Educação, em março e agosto, em duas parcelas, respectivamente, por que não incorporar R$ 100,00 ao salário? Por quê? Por que não transformar isso em direito conquistado para o conjunto da categoria? Por que dividir a categoria, utilizando o princípio do Império Romano, para melhor dominá-la?

E escola tem que ser um espaço democrático, um espaço plural, um espaço de manifestação das diferentes posições. Isso é democracia. Isso é escola! E o PMDB, que vem dessa tradição histórica, deve defender a democracia, deve defender a pluralidade. Inclusive, em outro momento quero discutir a questão da qualidade e a relação com os diretores de escola e espero que os diretores não cumpram o papel para além da democracia, perseguindo os professores que aderiram à greve.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu gostaria de saudá-lo, presidente Julio Garcia, a todos os deputados aqui presentes e agradecer a v.exa. por ter retomado a Presidência desta Casa, até porque eu estava inscrito e precisava que alguém da Mesa assumisse para que pudesse também usar este espaço e fazer o que tenho feito todas as quintas-feiras, ou seja, relatar a minha agenda deste final de semana.

O deputado Joares Ponticelli tem-me elogiado e parabenizado por esse tipo de ação porque, repito, as pessoas têm a imagem de que os deputados só trabalham na Casa durante os dias de sessão plenária, deputado Pedro Uczai. Nós sabemos que as nossas atividades são intensas aqui, mas, de igual forma, elas são intensas e necessárias também fora desta Casa.

Mas ao sair esta tarde da Assembléia Legislativa eu vou-me dirigir ao município de Ituporanga, onde participarei de uma grande reunião partidária à noite para discutir o lançamento da candidatura do município de Ituporanga.

Amanhã, srs. deputados, eu estarei no município de Rio do Sul, sendo que já às 8h teremos uma reunião com lideranças do PMDB naquele município e com toda a executiva do nosso partido. Às 9h estarei na TV *Bela Aliança*, juntamente com o dr. Eduardo Pinho Moreira, presidente da Celesc, que dará uma entrevista naquela TV e na seqüência estarei visitando o município de Agronômica, que vai realizar a IV Festa do Arroz. O meu amigo, o meu líder, deputado Manoel Mota, que é do alto vale, conhece bem o município de Agronômica e sabe que lá há as maiores produções de arroz de todo o mundo.

O cultivo de arroz, deputado Joares Ponticelli, v.exa. sabe muito bem, iniciou há cem anos. No ano de 1978, quando eu cheguei à região, a produtividade média de arroz era de 50, 60 sacas por hectare. Hoje, no município de Agronômica, onde, aliás, o prefeito é de seu partido, o sr. Paulo Roberto Tschumi, a produtividade é de 230 sacas por hectare, sendo a maior média mundial de arroz. Uma das grandes responsáveis por esse aumento da produtividade é a Epagri, com a Cultivar 104, que realmente tem sido a grande responsável pelo aumento da produtividade.

Portanto, amanhã, dentro dessa minha programação, eu estarei às 10h no município de Agronômica na festa do arroz e gostaria de convidar todos os deputados para que participassem também dessa festa.

Teremos também lá em Agronômica, no sábado, um Encontro da Mulher em Movimento, que deverá ser, se não me engano, o 12º Encontro da Mulher em Movimento, que reunirá mais de três mil mulheres da região. A grande responsável por esse encontro é Jane Schmidt. É um movimento suprapartidário, que este ano tem como mote principal a mulher agricultora. Então, vale a pena parabenizá-las pela mobilização e pelo trabalho que fazem em todos os sentidos pelas mulheres do alto vale em termos de conscientização, de qualificação, no sentido de inseri-las no mercado de trabalho.

Sem dúvida, neste ano, deputado Joares Ponticelli, na festa do arroz, estarão sendo homenageadas todas as extensionistas da Epagri pelo trabalho que têm feito ao longo do tempo pela extensão rural e pelas mulheres agricultoras também.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPTUADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Peninha, muito obrigado pelo aparte.

Primeiro, quero cumprimentar v.exa. pela apresentação da sua agenda. Eu fiz isso, inclusive, na minha região, através da imprensa. Eu acho muito positivo esse trabalho que v.exa. faz aqui de vir toda quinta-feira à tribuna apresentar a sua agenda. Eu tenho certeza de que esse é o trabalho de cada um dos 39 deputados, até porque quem não faz uma agenda extensa de trabalho no fim de semana certamente na eleição seguinte não terá chance de aqui permanecer ou de buscar outro espaço.

V.Exa. quebra com isso aquele tabu, aquele pensamento equivocado que alguns ainda têm de que o nosso trabalho se resume às atividades nos três dias aqui na Assembléia. Nós vivemos a democracia representativa e como tal temos que estar em convívio com as comunidades para poder representar essas populações. V.Exa., desta forma, todas as quintas-feiras, mostra muito claramente o que é o nosso trabalho de quinta-feira a segunda-feira, quando não estamos na Assembléia.

Em segundo lugar, eu quero também dizer que recebi um convite do nosso prefeito Paulo Roberto Tschumi, de Agronômica, para participar de mais essa edição da festa do arroz, mas, infelizmente, em função de vários compromissos na região, não poderei lá comparecer. Quero que v.exa. leve o nosso abraço e com certeza o abraço desta Casa, porque Agronômica realmente é um município pujante.

O trabalho da Epagri, que v.exa. muito bem lembrou, com relação ao aumento da produtividade, é muito significativo. Nós sabemos, deputado Rogério Mendonça, que a Epagri realiza alguns estudos que vão permitir muito brevemente ultrapassarmos de longe a casa de 200 sacas por hectare, coisa que dez anos atrás era inimaginável. Então, é um trabalho realmente de tecnologia muito avançada, de ponta, feito pelos funcionários públicos da nossa empresa de pesquisa agropecuária.

Portanto, um abraço a todos que participam desse processo vitorioso para Agronômica e para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado a v.exa. pelo aparte, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa.me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Peninha, v.exa., que é engenheiro agrônomo, que conhece toda a questão da Epagri, sabe perfeitamente que quando for para Agronômica será discutida com todos os rizicultores essa questão do Termo de Ajuste de Conduta, o TAC, por causa da água que é tão necessária para se produzir o arroz, para isolar a parte do agrotóxico, a área de preservação permanente, a mata ciliar e que isso poderá, inclusive, reduzir a produção de tão importante produto de alimento no Brasil e em Santa Catarina. Estamos encontrando essa solução e acredito que o novo ajuste de conduta poderá fazer com que esses rizicultores possam continuar produzindo, preservando a água e evitando o máximo possível de agrotóxicos, para ter uma maior produção.

Por isso tenho certeza de que v.exa. irá discutir esses assuntos com os agricultores.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sem dúvida alguma, deputado Professor Grando, e obrigado pelo aparte, mas vou ler rapidamente a minha agenda de final de semana.

Como eu dizia, na sexta-feira estarei pela manhã no município de Agronômica; às 17h estarei em Santa Terezinha participando de inaugurações com o governador Luiz Henrique; às 18h30min estarei no município de Rio do Campo; às 20h estarei em Salete participando de um encontro regional de mulheres; no sábado, pela manhã, às 7h30min, juntamente com o deputado João Matos, participarei de uma reunião em Braço do Trombudo; às 9h30min estarei novamente em Agronômica participando desse Encontro das Mulheres em Movimento; às 11h30min estarei em Agrolândia; às 13h30min em Trombudo Central; às 15h30min em Ibirama, numa grande reunião do PMDB; às 19h em Ituporanga na formatura do curso de Administração; no domingo estarei em Otacílio Costa participando de um torneio de laço que está sendo promovido naquele município; na segunda-feira retorno a Florianópolis.

Essa é a minha agenda, é uma agenda intensa, é verdade, mas faço com prazer porque gosto do que faço, gosto de trabalhar pelos agricultores, pela gente de Santa Catarina que, sem dúvida, merece o apoio do Legislativo catarinense.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes que nos dão a honra de prestigiar o nosso Parlamento, assomo à tribuna para reforçar o movimento do povo palhocense que, com muita razão, está-se mobilizando pela não-implantação do pedágio em Palhoça.

Neste momento, é um equívoco fazer pedágio quando não foi concluída ainda a duplicação da BR-101. Sabemos perfeitamente que Santa Catarina é o único estado da federação que se manteve até hoje sem pedágio, quer dizer, o dinheiro da população não foi tirado ainda. Nós nos mobilizamos contra ele, mas não conseguimos nada e hoje o pedágio é uma realidade. Mas nós vamo-nos mobilizar contra esse pedágio em Palhoça, porque ali a duplicação não foi concluída.

Então, se a população abraçar uma causa para que não seja implantado o pedágio, já quero deixar registrado que estarei junto e usarei de todos os meus esforços para que ele não seja implantado em Palhoça, pelo menos antes de ser duplicada a BR-101. Depois de duplicada, não haverá problema algum, porque isso já foi definido. Nós já admitimos a nossa derrota, mas não vamos aceitar a implantação de um pedágio onde ainda não foi duplicada a rodovia, que está minada de buracos.

Eminente deputado Joares Ponticelli, nós, que enfrentamos a estrada daqui para Tubarão, sabemos que não temos estrada neste momento e é um risco de vida que corremos a cada instante. A obra está saindo, temos que parabenizar o governo federal, mas não vamos concordar com a implantação do pedágio antes da conclusão da duplicação da BR-101.

Quero trazer outro tema que para mim é muito importante, porque nós já discutimos muito a respeito disso, nesta Casa. O eminente deputado Pedro Uczai não está mais presente, mas o deputado Joares Ponticelli está. Quantos pronunciamentos pesados foram feitos nesta Casa dizendo que o governo não cumpria o art. 170 e os alunos não iriam poder estudar. Já falamos que já foram pagas várias parcelas e o governo vai zerar até o final do ano.

Outro dia voltaram com o mesmo pronunciamento, dizendo que aquilo não era verdade e que não estavam sendo repassados os recursos; afirmamos que estavam porque confiamos no secretário da Educação, Paulo Bauer, e também no governo de Luiz Henrique da Silveira. Ele vem cumprindo e até no final do ano todas as parcelas estarão pagas, em torno de R$ 30 milhões.

O governo, num esforço gigantesco, planejado, junto com a secretaria da Educação, vai cumprir religiosamente todas as parcelas até o final do ano. Se há duas ou três fundações universitárias que ainda não receberam, isso é fruto das prestações de conta. O dinheiro está disponível no tesouro da secretaria, prontinho para ser pago, é só as prestações de conta estarem concluídas e o dinheiro virá.

Na segunda-feira, às 16h, no CIC, vai ser assinado com todas as universidades, o novo contrato no valor de R$ 34 milhões. Esse é um acordo feito com as universidades, com as fundações particulares e todas estarão presentes para poder assinar mais esse convênio.

Então, estamos vivendo o momento de um governo que sabe o que quer e planeja para chegar aonde é necessário, aonde a população espera.

Sabemos que não há recursos para tudo. O lençol é curto e às vezes, quando se tapa a cabeça, destapam-se os pés ou vice-versa. Mas dentro daquilo que é possível, o governo vem realizando obras em todos os setores, vem agindo de acordo com o sentimento da sociedade.

Eu ouvi o eminente deputado Pedro Uczai, num discurso muito forte, dizer que o governo abandonou os professores, que o governo vai deixar acontecer a greve. Hoje o deputado Dirceu Dresch voltou dizendo que o governo não está preocupado, pois não atendeu os professores e a greve está acontecendo. Mas podem ter certeza de que a ação do governo busca fortalecer quem ganha menos e busca fazer aquilo que pode, dentro do possível.

Agora, queria aqui dizer que as universidades federais do país ficaram mais de 100 dias em greve e sua excelência, o presidente da República, não atendeu o movimento grevista. Então, muito fácil fazer crítica. Para olhar a casa do vizinho, é preciso primeiro olhar a sua casa para depois criticar.

Sabemos que nas universidades acontece a preparação dos jovens para a sociedade, pois eles é que vão construir o futuro, saindo de lá preparados, no último degrau do conhecimento, conhecedores das novas tecnologias, visando a um novo modelo para o país. Porém as universidades federais ficaram mais de 100 dias sem aulas, em greve, e o presidente não atendeu, não recebeu os professores. Agora, aqui estão preocupados com a paralisação de um dia, com a adesão de apenas 10% dos professores de Santa Catarina.

O governo tem compromisso, sim, com a educação. Vamos buscar amparo legal, regimental para poder atender os professores dentro daquilo que é possível, dentro daquilo que a nossa economia suporta, dentro daquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite.

Só queria poder colocar com clareza que aquilo que cobram do governo do estado esquecem de cobrar do governo federal. Então, é preciso olhar e cobrar do governo federal, porque é muito fácil olhar a casa do vizinho e esquecer a sua.

Acho que Santa Catarina tem uma ação, uma luta muito forte. A educação vai a passos largos tanto na recuperação das escolas como na conquista de uma melhor qualidade. Acredito que vamos vencer essa etapa, tendo um ensino de melhor qualidade em Santa Catarina, ensino que será modelo para o país.

Por isso saio daqui tranqüilo e sereno como líder da bancada, pois me elegeram mais uma vez...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência comunica que figurará na pauta da Ordem do Dia da sessão na próxima terça-feira o Projeto de Lei n. 0355/2007, de autoria do deputado Professor Grando, e o Projeto de Lei n. 0633/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal.

Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência, antes de encerrar presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 12 de fevereiro de 2008, modificado pelo Ato da Presidência nº 004, de 21 de fevereiro de 2008.

Substitui o Deputado Edison Andrino, na Comissão de Segurança Pública, pelo Deputado Elizeu Mattos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Deputado Romildo Titon
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Pedro Uczai
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputado Jandir Bellini
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Décio Góes
Deputado Gelson Merísio
Deputado José Natal Pereira
Deputado Jorginho Mello
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Deputado Edson Piriquito
Deputado *Elizeu Mattos*
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Romildo Titon
Deputado Reno Caramori
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Gelson Merísio
Deputado Marcos Vieira
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Deputada Ada de Luca
Deputado Genésio Goulart
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Pedro Uczai
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Serafim Venzon
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Décio Góes
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Serafim Venzon
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Deputada Ada de Luca
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Pedro Uczai
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorginho Mello
Deputado Sérgio Grando

COMISSÃO DE SAÚDE
Deputado Edson Piriquito
Deputado Genésio Goulart
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jailson Lima
Deputado Gelson Merísio
Deputado Serafim Venzon
Deputada Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado José Natal Pereira
Deputado Sérgio Grando

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
Deputada Ada de Luca
Deputado Renato Hinnig
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Pedro Uczai
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Sérgio Grando

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Deputado Edison Andrino
Deputado Moacir Solpelsa
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Deputado Edson Piriquito
Deputado Edison Andrino
Deputado Reno Caramori

Deputado Décio Góes
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado José Natal Pereira
Deputado Sérgio Grando
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Genésio Goulart
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jailson Lima
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorginho Mello
Deputada Odete de Jesus
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de março de 2008
Deputado Julio Garcia
Presidente
*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 035, de 12/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **EM SUBSTITUIÇÃO** a servidora **MARLI LIMA BARROSO**, matrícula nº 1132, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer função de Gerência do Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, TULIA DE FREITAS RIBEIRO, por estar substituindo o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Documentação, no período compreendido entre 02 a 31 de março de 2008. (DL - Coordenadoria de Documentacao).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 036, 12/03/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Convênio de Cooperação Técnico-Institucional celebrado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Assembléia do Estado do Paraná,*

PRORROGAR até o dia 31 de dezembro de 2008, os efeitos do Ato da Mesa nº 084, de 19/04/2007, que colocou à disposição da Assembléia do Estado do Paraná, a servidora **MARISA FERNANDES PHILIPOVSKI**, matrícula nº 1985, a contar de 1º de janeiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1635ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1635ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento da Requisição MPT/PRT/SC/CODIN/MJFD nº 389/08, ICP 002/08 - Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina "solicita certidão de promulgação/aprovação de Leis Complementares" e da solicitação Ofício GAB/PGE nº 0492/2008 de 03/03/08, Interessado: Doutor Sadi Lima - Procurador-Geral do Estado "solicita cópia integral do Projeto de Lei Complementar nº 054/06", após o que, o colegiado deliberou no sentido do atendimento. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0199/08, de José Filomeno Neto; Processo n.º 0216/08, de Flavio Pittgliani; Processo n.º 0103/08, de Júlio César de Souza; Processo n.º 2505/07, de Mauren Odete Pereira dos Santos; Consulta - Of. CL nº 039/08 de 25/02/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo - Fundação Catarinense de Educação Especial e Consulta - Of. CL nº 047/08 de 03/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Conexão BHZ - Uniformes". 2) Relatoria da Drª. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0158/08, de Carlos César Oliveira; Processo n.º 0191/08, de Valquiria Silva Vaz; Processo n.º 0202/08, de Maria Salete Willemann; Processo n.º 0159/08, de Zeli Estevam Tramontim; Processo n.º 0195/08, de Tatiani Magalhães; Processo n.º 0215/08, de Marcos Faria Ferreira; Processo n.º 0187/08, de Álvaro Pacheco de Souza; Consulta - Of. CL nº 031/08 de 19/02/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "aquisição de equipamentos de projeção para o Plenário da ALESC" e Consulta - Of. CL nº 040/08 de 28/02/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "contrato de inexigibilidade - Técnico Bernardinho, palestra com o tema 'A Busca da Excelência". 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0189/08, de Wenceslau Orival Silva; Processo n.º 0212/08, de Eliana de Freitas Ribeiro; Processo n.º 0213/08, de Paulo Roberto Schulte da Silva; Processo n.º 0160/08, de Silas Antônio Vitório Pereira; Processo n.º 0161/08, de Ricardo Krambeck Júnior; Processo n.º 0047/08, de Lúcia Helena Prazeres e Consulta s/nº de 18/07/08, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "vencimentos da funcionária Mirian Alice de Athayde Furtado Krieger". Continuando, o Relator apresentou extra pauta o Processo n.º 2395/07, de Francisco Carlos de Olievira, que retornou à apreciação do colegiado em razão do despacho da Mesa Diretora, tendo sido mantido o parecer exarado pelo relator, com aditamento tocante aos efeitos. 4) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0152/08, de João Otaviano Ramos; Processo n.º 0153/08, de Giaovani Roza; Processo n.º 0154/08, de Anderson Macagnin; Processo n.º 0155/08, de Evilásio Casagrande; Processo n.º 0193/08, de Glaicon Inappólito Matos; Processo n.º 0200/08, de Araci Francisca da Silva; Processo n.º 0056/08, de Miraci Chiminelli; Processo n.º 0112/08, de Regina Maura Santos Soares; Processo n.º 0217/08, de Otaviano Eduardo Pamplona; Processo n.º 0146/08, de Ilka Maria Fretta Lacerda; Processo n.º 0184/08, de Rosangela Rosa; Consulta - Of. CL nº 028/08 de 18/02/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "prestação de serviço de estacionamento - AFLOVI e ALESC" e Requerimento de 28/02/08, Interessado: Deputado Estadual Darci Matos "auxílio funeral para Osório Domingos de Oliveira - ex-funcionário da ALESC". 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0151/08, de Kelly Carolina Weimer; Processo n.º 0188/08, de Indiara Luersen Carvalho; Processo n.º 0194/08, de José Nei Alberton Ascari; Processo n.º 0053/08, de Lóris Nassar Camisão; Processo nº 0100/08, de Célia Maria Silva; Processo n.º 0044/08, de Laura Brasca, este pelo indeferimento; Processo n.º 0066/08, de Odair Machado de França, deferido, em parte. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0157/08, de Irani Terezinha Rodolfi Pereira; Processo n.º 0201/08, de João José Cândido da Silva; Processo n.º 0214/08, de Fernando Souza; Processo n.º 0034/08, de Silvio Silva Sobrinho; Consulta - Of. CL nº 044/08 de 03/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "apostilamento - Lixeiras para o Programa Consciência Limpa"; Consulta - Of. CL nº 045/08 de 03/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo - Contrato Editora de Negócios JÁ LTDA" e parecer aprovado pelo indeferimento ao Ofício nº 023CMMC/08 de 10/02/08, Interessado: Artur Mário da Silveira - Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo "solicitação de informações relacionadas a entidades que receberam subvenções sociais 2007 e 2008". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia doze (12) de março. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 05 de março de 2008.
*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 4ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, contando com a presença da senhora deputada Odete de Jesus e dos senhores Deputados: Flávio Ragagnin, Manoel Mota, Silvio Dreveck, José Natal Pereira, Renato Hinnig e Décio Góes. Ato contínuo, colocou em votação a ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, o senhor presidente informou oficialmente a seus pares que o deputado Jandir Bellini, no dia quatro do mês em curso, entrou em licença por um período de sessenta dias, sendo substituído pelo seu suplente, o deputado Flávio Ragagnin. Dando continuidade, os deputados deliberaram sobre as audiências públicas que ocorrerão no mês de março e abril para discutir o PLC. /0050.6/2007, que versa sobre a criação do (IPREV), definindo que as audiências serão realizadas em conjunto com as Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público, sendo que logo após a realização das mesmas, serão abertos os prazos para a apresentação de emendas ao Projeto. Continuando, o presidente passou a palavra ao deputado Silvio Dreveck, que relatou o Ofício/0105.5/2007, que após discutido foi aprovado por unanimidade. O deputado Renato Hinnig relatou o PL./0151.4/2007, sendo que na discussão foi solicitado sobrestamento pelo deputado Décio Góes. O deputado Renato Hinnig relatou o voto vista ao PL./0569.4/2007 e quando em discussão foi solicitado vista em gabinete pela deputada Odete de Jesus. Não havendo nada mais a tratar, o presidente deu por encerrados os trabalhos da reunião, dos quais eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após aprovada por todos os membros, será assinada pelo presidente da Comissão e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 024/2008

REFERENTE: 03º TA ao Contrato CL n.º 027/2006, celebrado em 28/04/2006.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Empresa Editora Negócios JA Ltda
OBJETO: reajustamento contratual de 4,66% (quatro vírgula sessenta e seis por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período entre maio de 2006 e abril de 2007, com eficácia a partir de maio de 2007, inclusive passando o valor mensal do contrato de R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais) **para** R$ 979,62 (novecentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos) e, o valor anual de R$ 11.232,00 (onze mil duzentos e trinta e dois reais) **para** R$ 11.755,44 (onze mil e setecentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). O reajuste tem efeito retroativo com competência a partir de maio de 2007, implicando o reconhecimento da diferença atinente aos 10 (dez) meses atrasados (maio de 2007 a fevereiro de 2008) de R$ 436,20 (quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), o qual será quitado à vista, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente.
FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65, II "d" da Lei n.º 8.666/93; Itens 3.2 e 3.3 da Cláusula Terceira do Contrato Original e Autorização administrativa.
Florianópolis, 05 de março de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Marcelo Correa Petrelli - Diretor Executivo Empresa Editora Negócios JÁ Ltda

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 573

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e adota outras providências", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 06 de março de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/08

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PARECER Nº PAR 0067/08
PROCESSO PPGE Nº 814/083
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO
ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei nº 002/07 que "autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e DesenvolVimento Rural e adota outras providências."

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha à esta Procuradoria autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto dispõe sobre a autorização ao Governo do Estado para criar Comitê relacionado ao Programa de Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Estabelece o projeto as atribuições do Comitê, sua composição, o processo eleitoral para escolha de seus membros, a duração do mandato, as regras para seu funcionamento e as diretrizes a serem observadas pelo Programa.

Estes, em síntese, seus principais pontos.

Passo a manifestar-me.

O projeto ora analisado, em seu artigo 1º, confere mera autorização ao Poder Executivo para criação do Comitê, entretanto, na realidade a matéria nele tratada consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmónicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Esta conclusão não encontra dificuldades, pois pode ser verificado que o projeto desce a minúcias, como as atribuições do Comitê, sua composição, o processo eleitoral para escolha de seus membros, a duração do mandato, as regras para seu funcionamento, as diretrizes a serem observadas pelo Programa e interfere em atribuições de órgão do Poder Executivo, no caso, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, além das demais citadas no artigo 3º, que deverão indicar representantes para o referido Comitê.

Portanto, a norma não possui caráter meramente autorizativo, mas impositivo e se insere em matéria cuja iniciativa de lei é privativa do Senhor Governador do Estado, restando evidente a inconstitucionalidade formal de todo o projeto em virtude da ocorrência deste vício.

O artigo 50, §2º, inciso VI da Carta Estadual estabelece a competência para inicio do processo legislativo sobre a estrutura de órgãos públicos:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV."

Por sua vez, o artigo 71, inciso IV da Carta Estadual dispõe:

"Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

O Supremo Tribunal Federal tem decidido:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Do Estado do Rio Grande do Sul. Instituição do Pólo Estadual da Música Erudita. 3. Estrutura e atribuições de órgãos e Secretarias da Administração Pública. 4. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. 5. Precedentes. 6. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. 7. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. 8. Ação julgada procedente." (ADI nº 2808, relator Ministro Gilmar Mendes, DJU de 17/11/2006)

Ainda:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 10.238/94 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ILUMINAÇÃO PUBLICA, DESTINADO AOS MUNICÍPIOS. CRIAÇÃO DE UM CONSELHO PARA ADMINISTRAR O PROGRAMA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Vício

de iniciativa, vez que o projeto de lei foi apresentado por um parlamentar, embora trate de matéria típica de Administração. 2. O texto normativo criou novo órgão na Administração Pública estadual, o Conselho de Administração, composto, entre outros, por dois Secretários de Estado, além de acarretar ônus para o Estado-membro. Afronta ao disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição do Brasil. 3. O texto normativo, ao cercear a iniciativa para a elaboração da lei orçamentária, colide com o disposto no artigo 165, inciso III, da Constituição de 1988. 4. A declaração de inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da lei atacada implica seu esvaziamento. A declaração de inconstitucionalidade dos seus demais preceitos dá-se por arrastamento. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 10.238/94 do Estado do Rio Grande do Sul." (ADI nº 1144, relator Ministro Eros Grau, DJU de 08/09/2006)

No Tribunal Catarinense:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL N. 4.447/02 - PROJETO DE INICIATIVA PARLAMENTAR - CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS AUDITIVAS E VISUAIS EM CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 (SEIS) MESES DE IDADE - AUMENTO DE DESPESAS AO ERÁRIO INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VÍCIO DE ORIGEM PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar inicio a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.014145-9, relator Desembargador Rui Fortes)

Também:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL N. 11.909/01 - MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL - DISPÊNDIO EXCEPCIONAL AO ERÁRIO - VÍCIO DE INICIATIVA - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AFRONTA AOS ARTS. 32, 50, § 2º, VI, E 71, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.002713-8, relator Desembargador Rui Fortes)

Além do seu vício formal, o projeto também viola o preceito contido no artigo 123 da Carta Estadual, pois gera despesa não prevista no orçamento estadual, **sem indicar a fonte de custeio**, o que resulta em ofensa ao artigo 123 da Carta Estadual:

"Art. 123 - E vedado:

I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;"

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de recomendar **o veto integral** no autógrafo do **projeto de lei nº 002/07**, face as inconstitucionalidades argüidas.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Juridica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 814/083

Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 002/07, que "autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e adota outras providências".

Interessado: SCA - Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0067/08**, às fls 128/131, da lavra do Procurador-chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.

Encaminhe-se a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2008.

SADI LIMA
Procurador-Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 123/2008 Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008

URGENTE

Excelentíssimo Senhor IVO CARMINATI
Secretário de Estado de Coordenação e Articulação Centro Administrativo do Governo 88032-000 - Florianópolis, SC

Senhor Secretário,

Fazemos referência ao ofício 1173/SCA-DIAL-GEMAT, por meio do qual foinos encaminhada cópia do Autógrafo do Projeto de Lei nº 002/07, aprovado pela Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A nosso pedido, o Chefe do Centro de Estudos de Safras e Mercados, da Epagri, emitiu, sobre a matéria, o parecer que enviamos em anexo, no qual, pelas razões expostas, sugere o veto total ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 002/07.

Atenciosamente,
Antônio Ceron
Secretário de Estado

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
Epagri/Cepa - Centro de Estudos de Safras e Mercados
Florianópolis, 25 de Fevereiro de 2008.
Do Chefe do Epagri-Cepa
Airton Spies
Diretor de Política e Desenvolvimento Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Ari Geraldo Neumann
Ref: Oficio 1173/SCA-DIAL-GEMAT

O referido projeto trata de tema pertinente, objeto das preocupações da sociedade civil e das ações da Secretaria. Cria um fórum de discussão sobre energias renováveis, cuidando da articulação dos agentes sociais e econômicos ligados ao tema.

A Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural já tem, em sua estrutura, o CDRural Conselho de Desenvolvolvimento Rural, com 22 câmaras setoriais, onde se reúnem os atores da principais cadeias produtivas do agricultura de SC. O Comitê, na forma como descrito no Projeto, é muito semelhante as câmaras do CDRural.

Atente-se também, que no artigo 4., o Projeto que cria o cargo de secretário executivo com remuneração específica.

A criação de um comitê e de um cargo, na forma proposta na Lei, pode engessar um fórum, que promete ser importante na discussão do tema Energias Renováveis, e cria uma situação de difícil alteração. Havendo, por exemplo, a necessidade de alterar a composição das entidades do Comitê, que normalmente são muito dinâmicas, esta solicitação deverá tramitar na Assembléia Legislativa.

Em vista desses argumentos, sugerimos o veto a totalidade da Lei, recomendando, no entanto, que se crie, uma Camara de Energias Renováveis, no CDRural, com as competências e a composição sugeridas pela Lei.

Atenciosamente
Airton Spies
Chefe do Epagri-Cepa

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 002/07

Autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, objetivando fomentar a cadeia produtiva do setor em Santa Catarina e contribuir para o desenvolvimento sustentado do Estado.

§ 1º Para fins desta Lei, Energias Renováveis é qualquer produto a ser usado como fonte de energia para acionamento de motores móveis ou estacionários, que seja produzido a partir de biomassa renovável e que atenda às especificações técnicas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

§ 2º São diretrizes do Comitê do Programa de que trata o ca*put* deste artigo:

I - elaborar a política catarinense de Energias Renováveis;

II - buscar o atendimento dos objetivos econômicos, sociais e ambientais do Governo do Estado;

III - articular-se e interagir com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB e os programas que o apóiam;

IV - formar parcerias com os setores público e privado para o planejamento e a implementação do Programa; e

V - articular-se e interagir com organismos e projetos internacionais de Energias Renováveis.

Art. 2º Fica instituído o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis, que terá por competência:

I - orientar politicamente as ações do Programa;

II - propor, discutir e aprovar os objetivos, as estratégias, os projetos e ações para a elaboração e implementação do Programa;

III - realizar o acompanhamento regular de suas atividades;

IV - elaborar e divulgar sínteses e estatísticas sobre os resultados alcançados e as despesas efetuadas com o Programa;

V - avaliar os resultados da implementação do Programa e propor os ajustes necessários;

VI - elaborar seu regimento interno; e

VII - dirimir eventuais dúvidas relativas ao Programa.

Art. 3º O Comitê instituído pelo art. 2º será composto:

I - pelo Poder Público Estadual, representado por quatro titulares escolhidos dentre os seguintes órgãos:

a) Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

b) Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

c) Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC;

d) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI; e

e) Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC;

II - por produtores e trabalhadores da agricultura, representados pelos titulares indicados pelas seguintes entidades:

a) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL;

b) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC;

c) Cooperativa Central dos Assentamentos de Santa Catarina - CCA; e

d) Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses - AEPAC;

III - pelo setor de processamento, industrialização, instituições de ensino superior e pesquisa e pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, representados por quatro titulares, escolhidos dentre as seguintes entidades:

a) Federação Catarinense de Municípios - FECAM;

b) Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;

c) instituições comunitárias de ensino superior e pesquisa do Estado de Santa Catarina;

d) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; e

e) Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

§ 1º Cada integrante do Comitê terá um suplente, por ele indicado, para substituí-lo em suas funções nos casos de ausência ou impedimento definidos em regimento, a ser baixado pelo Presidente.

§ 2º O exercício da função de representante do Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis não será remunerado, sendo considerado serviço relevante prestado ao Estado de Santa Catarina.

Art. 4º O Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis será dotado de uma Secretaria Executiva vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

§ 1º O Secretário Executivo do Comitê, com remuneração específica, responderá pelo acompanhamento da sua execução, de acordo com as normas definidas pelo Comitê.

§ 2º São atribuições do Secretário Executivo:

a) coordenar as atividades necessárias para a elaboração, discussão, aprovação, implementação, avaliação e o acompanhamento do Programa;

b) coordenar, sob a orientação do Presidente, a convocação e pauta das reuniões do Comitê;

c) relatar verbalmente, nas reuniões do Comitê, os processos a serem submetidos à apreciação e deliberação dos seus membros e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados; e

d) coordenar a implementação das resoluções do Comitê.

§ 3º As reuniões do Comitê realizar-se-ão sempre que necessário e suas pautas serão expressamente comunicadas, com antecedência mínima de três dias, pelo Secretário Executivo.

§ 4º Cada órgão/entidade com assento no Comitê deverá indicar um representante com habilitação específica para interagir técnica e politicamente nas ações e atividades a serem desenvolvidas pelo Programa.

§ 5º Os representantes de que trata o § 4º trabalharão sob a coordenação do Secretário Executivo do Comitê.

Art. 5º O Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis terá um Presidente eleito dentre os integrantes.

Parágrafo único. São atribuições do Presidente:

I - articular o Programa;

II - dirigir as reuniões do Comitê;

III - proferir o voto de qualidade;

IV - convocar as reuniões extraordinárias, por iniciativa própria, sempre que julgar conveniente, e/ou por provocação da maioria dos membros do Comitê;

V - expedir resoluções e portarias de instruções normativas dos procedimentos do Comitê;

VI - apresentar a lista de processos ou de matérias constantes da ordem do dia; e

VII - representar o Comitê.

Art. 6º O Secretário Executivo do Comitê terá o suporte técnico/administrativo necessário por meio de servidores e consultores fornecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural podendo solicitar informações e relatórios necessários ao cumprimento do Programa Catarinense de Energias Renováveis.

Parágrafo único. Devidamente autorizado pelo Comitê e atendendo aos preceitos legais pertinentes, o Secretário Executivo poderá buscar junto ao setor público e privado colaboração para a obtenção de suporte técnico/administrativo para o Programa.

Art. 7º O Comitê poderá expedir as instruções que se fizerem necessárias para a efetivação do Programa Catarinense de Energias Renováveis.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 574

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL", por ser inconstitucional.

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, os quais acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornecem os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 06 de março de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PARECER Nº PAR 0066/08
PROCESSO PPGE Nº 816/083
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA COORDENAÇÃO ARTICULAÇÃO
ASSUNTO: Autógrafo do projeto de lei no 003/07 que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Flmdo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL"

Sr. Procurador-Geral do Estado

O Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminha autógrafo do projeto de lei supra referido para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Referido projeto autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível, porém, desde já, estabelece seus objetivos, institui o Conselho Gestor do referido fundo e dispõe sobre suas atribuições, composição, o processo eleitoral para escolha de seus membros, a duração do mandato, as regras para seu funcionamento e as diretrizes a serem observadas.

Estes, em síntese, seus principais pontos.

Passo a manifestar-me.

O projeto ora analisado, em seu artigo 1º, confere mera autorização ao Poder Executivo para criação do Fundo, entretanto, na realidade a matéria nele tratada consubstancia clara interferência nos assuntos da administração interna do Poder Executivo, vulnerando, assim, não apenas os princípios constitucionais que regem o processo legislativo no âmbito do Estado, mas também o princípio da independência e harmonia dos Poderes, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

Esta conclusão não encontra dificuldades, pois pode ser verificado que o projeto desce a minúcias, como a instituição do Conselho Gestor, suas atribuições, composição, o processo eleitoral para escolha de seus membros, a duração do mandato, as regras para seu funcionamento, as diretrizes a serem observadas e interfere em atribuições de órgão do Poder Executivo, no caso, as Secretarias de Estado que deverão indicar representantes para o referido Conselho Gestor.

Portanto, a norma não possui caráter meramente autorizativo, mas impositivo e se insere em matéria cuja iniciativa de lei é privativa do Senhor Governador do Estado, restando evidente a inconstitucionalidade formal de todo o projeto em, irtude da ocorrência deste vício.

O artigo 50, §2º, inciso VI da Carta Estadual estabelece a competência para inicio do processo legislativo sobre a estrutura de órgãos públicos:

"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - a criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 71, IV."

Por sua vez, o artigo 71, inciso IV da Carta Estadual dispõe:

"Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:

IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

O Supremo Tribunal Federal tem decidido:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Do Estado do Rio Grande do Sul. Instituição do Pólo Estadual da Música Erudita. 3. Estrutura e atribuições de órgãos e Secretarias da Administração Pública. 4. Matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. 5. Precedentes. 6. Exigência de consignação de dotação orçamentária para execução da lei. 7. Matéria de iniciativa do Poder Executivo. 8. Ação julgada procedente." (ADI nº 2808, relator Ministro Gilmar Mendes, DJU de 17/11/2006)

Ainda:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 10.238/94 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DESTINADO AOS MUNICÍPIOS. CRIAÇÃO DE UM CONSELHO PARA ADMINISTRAR O PROGRAMA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Vício de iniciativa, vez que o projeto de lei foi apresentado por um parlamentar, embora trate de matéria típica.de Administração. 2. O texto normativo criou novo órgão na Administração Pública estadual, o Conselho de Administração, composto, entre outros, por dois Secretários de Estado, além de acarretar ônus para o Estado-membro. Afronta ao disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "e" da Constituição do Brasil. 3. O texto normativo, ao cercear a iniciativa para a elaboração da lei orçamentária, colide com o disposto no artigo 165, inciso III, da Constituição de 1988. 4. A declaração de inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da lei atacada implica seu esvaziamento. A declaração de inconstitucionalidade dos seus demais preceitos dá-se por arrastamento. 5. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 10.238/94 do Estado do Rio Grande do Sul." (ADI nº 1144, relator Ministro Eros Grau, DJU de 08/09/2006)

No Tribunal Catarinense:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL N. 4.447/02 - PROJETO DE INICIATIVA PARLAMENTAR - CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS AUDITIVAS E VISUAIS EM CRIANÇAS A PARTIR DOS 6 (SEIS) MESES DE IDADE - AUMENTO DE DESPESAS AO ERÁRIO INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VÍCIO DE ORIGEM PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.014145-9, relator Desembargador Rui Fortes)

Também:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL N. 11.909/01 - MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL - DISPÊNDIO EXCEPCIONAL AO ERÁRIO - VÍCIO DE INICIATIVA - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AFRONTA AOS ARTS. 32, 50, § 2º, VI, E 71, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. É vedado ao Poder Legislativo dar início a projetos de lei sobre matéria cuja competência é exclusiva do Poder Executivo, principalmente quando implique em diminuição de receita ou aumento de despesa pública sem prévia dotação orçamentária." (ADI nº 2002.002713-8, relator Desembargador Rui Fortes)

Além do seu vício formal, o projeto também viola o preceito contido no artigo 123 da Carta Estadual, pois gera despesa não prevista no orçamento estadual, sem indicar a fonte de custeio, o que resulta em ofensa ao artigo 123 da Carta Estadual:

"Art. 123 - É vedado: I - iniciar programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;"

Assim, face o ora exposto, é o presente no sentido de recomendar o veto integral no autógrafo do projeto de lei nº 003/07 face as inconstitucionalidades argüidas.

Este o parecer que submeto a Vossa Excelência.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2008.

Leandro Zanini

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PPGE nº 816/086

Assunto: Autógrafo do projeto de lei nº 003/07, que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL".
Interessado: SCA - Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 0066/08, às fls 116/119, da lavra do Procurador-chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.
Encaminhe-se a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2008.

SADI LIMA
Procurador-Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
GABINETE DO SECRETÁRIO
Ofício nº 124/2008 Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008
URGENTE
Excelentíssimo Senhor IVO CARMINATI
Secretário de Estado de Coordenação e Articulação Centro Administrativo do Governo 88032-000 - Florianópolis, SC

Senhor Secretário,

Registramos o recebimento do ofício 1172/SCA-DIAL-GEMAT, por meio do qual essa Secretaria enviou-nos, para exame e parecer, cópia do Autógrafo do Projeto de Lei nº 003/07, de origem parlamentar, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina.

O teor do Autógrafo do Projeto de Lei nº 003/07 foi analisado pelo Centro de Estudos de Safras e Mercados da Epagri (Cepa/Epagri) e pela Consultoria Jurídica desta Pasta; a manifestação dos dois órgãos está expressa nos pareceres que vão anexos.

Com base no posicionamento do Cepa/Epagri e no de nossa Consultoria Jurídica, opinamos pelo veto total ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 003/07.

Atenciosamente,

Antônio Ceron

Secretário de Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLV. RURAL
CONSULTORIA JURÍDICA

ASSUNTO: AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 003/07

Cuida o presente do Autógrafo do Projeto de Lei nº 303/07 que autoriza o Poder Executivo a instituir o Bundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina.

O autógrafo foi remetido à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural para emissão de parecer técnico em vista de a matéria discutida no projeto de lei estar afeta a esta Secretaria.

Segundo Parecer Técnico elaborado pelo Chefe do Epagri-Cepa, Dr. Airton Spies, o projeto de lei em questão merece maior discussão e definição pela sociedade uma vez que propõe o envolvimento de diversas instituições (art. 3º) além da criação de aporte financeiro (art. 4º) com contribuição de produtores, indústrias de beneficiamentos, instituições nacionais e estrangeiras, bem como financiamentos e recursos de outras fontes na forma proposta pelo artigo 4º, sem garantia de resultados concretos, segundo parecer técnico acima mencionado.

Ora, a sociedade de maneira geral vem questionando o aumento/criação de tributos, contribuições e outras formas de onerar a produção, o comércio e o povo brasileiro, elo final da cadeia e onde irá recair qualquer ônus financeiro de projetos criados pelo poder público.

O parecer técnico antes mencionado ressalva a hipótese do resultado final não se concretizar como pretende o presente projeto de lei, fato que, por si só, faz merecedor de veto do executivo, ainda mais quando uma das fontes do recurso prevista deve onerar os catarinenses.

Diante dos fatos acima expostos, entendo que o autógrafo do projeto de lei em comento levado a esta Secretaria, deve receber parecer contrário, até que seja discutido com a sociedade e os diversos setores envolvidos.

É nosso parecer, smj.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008.

João Batista Pinto
Consultor Jurídico - SAR
OAB 7424

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Epagri/Cepa - Centro Socioeconomia e PInejamento Agrícola
Florianópolis, 26 de fevereiro de 2008.
Do Chefe do Epagri-Cepa
Airton Spies
Ao Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Antônio Ceron
Ref: Sua consulta através do Oficio 1172/SCA-DIAL-GEMAT, sobre o projeto de lei 003107, que o **Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina -FUNBIOCOMBUSTÍVEL**

O referido projeto já foi objeto de consulta a este Centro, respondida no dia 26 de março de 2007, cuja cópia anexamos. Na leitura do texto aprovado, algumas das observações que então fizemos foram contempladas, especialmente na ampliação da possibilidades de uso da bioenergia, para outras fontes, além do biodiesel e do álcool, que, como comentamos, mostram-se, no momento, inviáveis para as condições do estado de Santa Catarina.

Ainda que com melhorias, apontamos para os pontos abaixo, já citados em nosso oficio anterior que, no nosso entendimento, continuam pertinentes:

1. Boa parte dos objetivos para o fundo, sugeridos no Artigo 2., estão relacionados com a pesquisa, para o conhecimento das alternativas e melhoria de processos. Estas pesquisas podem ser financiadas pela Fapesc e íncrementadas através da determinação do aumento de investimento dos estudos nesta área. Por financiamento da Fapesc, ou a partir de outras fontes, a Epagri e outras instituições já realizam estudos sobre álcool, biodiesel a partir de girassol, aproveitamento de biogás, etc.

2. Há disposição da estrutura da Secretaria da Agricultura e suas empresas vinculadas em aprofundar a discussão e sugerir alternativas viáveis, através da atenção à evolução da discussão em nível nacional e entre a comunidade acadêmica. Da mesma forma, empreendimentos que se apresentarem neste intermédio a partir da iniciativa dos produtores, não deixarão de recebera atenção da Epagri, através de sua equipe de extensão.

Diante do exposto, continuamos a sugerir que o referido fundo seja criado somente, após vencidas as etapas de discussão e definição, no conjunto da sociedade. É necessário um foco de atuação claro para o fundo para justificar sua criação e o aporte financeiro (Art. 4.) pois sua criação propõe o envolvimento de diversas instituições conforme sugerido no artigo 3. para a sua articulação, o que implica em grande esforço, sem garantia de resultados concretos. Sugere-se ainda que o parecer definitivo da SAR para a ALESC seja elaborado pela Assessoria Jurídica desta Secretaria, para que todos os aspectos legais envolvidos também sejam considerados.

Atenciosamente

Airton Spies

Chefe do Epagri-Cepa

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 003/07

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Santa Catarina - FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL.

Art. 2º São objetivos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL:

I - incentivar a melhoria dos processos industriais, da qualidade do produto final, dos co-produtos e subprodutos e a rentabilidade global da cadeia de produção de biocombustível;

II - incrementar a industrialização da biomassa como fontes de matéria-prima para a produção de biocombustível;

III - promover o aumento do rendimento agrícola da biomassa que seja fonte de matéria-prima para a produção de biocombustível e estimular a disseminação destes cultivares no Estado de Santa Catarina;

IV - pesquisar novas fontes de biomassa apropriadas à produção de biocombustível e estimular a introdução das mesmas na produção agrícola do Estado de Santa Catarina;

V - incentivar a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento tecnológico em todas as etapas da cadeia produtiva do biocombustível;

VI - promover o treinamento e a capacitação técnica dos recursos humanos envolvidos em todas as etapas da cadeia de produção de biocombustível, assim como a qualificação e o aperfeiçoamento de profissionais de instituições públicas e privadas envolvidas diretamente na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico dos processos produtivos de biocombustível; e

VII - estimular a produção de biocombustível a partir de espécies oleaginosas nativas do Estado de Santa Catarina, que sejam exploráveis em regime de extrativismo nas áreas de ocorrência natural destas espécies.

Parágrafo único. Para a efetivação dos objetivos discriminados neste artigo:

I - será utilizado recurso do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL;

II - dar-se-á preferência à contratação de empresa e mão-de-obra catarinense; e

III - promover-se-á a pequena agricultura familiar.

Art. 3º Fica instituído o Conselho Gestor do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL, com a finalidade de promover a sua administração, a ser integrado:

I - pelo Poder Público Estadual, representado por quatro titulares escolhidos dentre os seguintes órgãos:

a) Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

b) Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

c) Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC;

d) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI; e

e) Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC;

II - por produtores e trabalhadores da agricultura, representados pelos titulares indicados pelas seguintes entidades:

a) Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL;

b) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC;

c) Cooperativa Central dos Assentamentos de Santa Catarina - CCA; e

d) Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses - AEPAC;

III - pelo setor de processamento, industrialização, instituições de ensino superior e pesquisa e pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM, representados por quatro titulares, escolhidos dentre as seguintes entidades:

a) Federação Catarinense de Municípios - FECAM;

b) Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;

c) instituições comunitárias de ensino superior e pesquisa do Estado de Santa Catarina;

d) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; e

e) Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

§ 1º O Conselho Gestor do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL elegerá um Coordenador para organizar a gestão do Conselho por um período de dois anos.

§ 2º Cada órgão ou entidade representados no Conselho Gestor deve indicar um suplente para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos.

Art. 4º Os recursos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL são provenientes das seguintes fontes:

I - contribuição de produtores, indústrias de beneficiamento, instituições nacionais ou internacionais;

II - financiamentos nacionais ou internacionais de projetos específicos de pesquisas e desenvolvimento;

III - recursos oriundos de convênios, ajustes ou acordos celebrados com organismos nacionais e/ou internacionais;

IV - participação em créditos de seqüestro de carbono ou similar;

V - *royalties* por inovações tecnológicas implementadas;

VI - recursos auferidos em razão de aplicações financeiras;

VII - recursos orçamentários; e

VIII - outras contribuições, rendas e receitas a ele destinadas.

§ 1º As contribuições ao FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL de que tratam os incisos I e II, deverão observar o disposto em regulamento.

§ 2º O pagamento dos valores mencionados nos incisos I e II deve ser efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente ao período de apuração, correspondente à utilização do financiamento ou do benefício fiscal.

Art. 5º O contribuinte inadimplente com a contribuição ao FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL perde, de forma definitiva, em relação ao período em que persistir a inadimplência, o direito de utilização do benefício referente à comercialização de biocombustível e do financiamento do crédito especial para investimento.

Art. 6º Os recursos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL devem ser depositados em conta bancária própria, aberta em agência da instituição bancária nomeada agente financeiro do Tesouro Estadual, com escrituração específica, observadas as normas vigentes.

Art. 7º É vedada a utilização de recursos do FUNDO DO BIOCOMBUSTÍVEL para:

I - patrocinar projetos que não estejam de acordo com a legislação brasileira sobre proteção ao meio ambiente;

II - patrocinar quaisquer projetos com finalidades diversas das previstas nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO

Florianópolis, 12 de março de 2008
À Coordenadoria de Publicação
Senhor Coordenador,
Cumprimentando informamos que no dia de ontem, foi eleito o Deputado PEDRO UCZAI, como novo líder do Partido dos Trabalhadores - PT
Atenciosamente,
José das Neves Filho
Coordenador de Apoio ao Plenário

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 172, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ELIZABETE MELO,** matrícula nº 3398, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputada Ada de Luca).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 173, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ELIZABETE MELO**, matrícula nº 3398 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputada Ada de Luca).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 174, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODOLFO LUIZ POYER,** matrícula nº 3421, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Moacir Sopelsa).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 175, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **RODOLFO LUIZ POYER**, matrícula nº 3421 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Moacir Sopelsa).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 176, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOSE AQUINO ISOPPO,** matrícula nº 5519, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 177, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ANA MARIA LUMMERTZ ISOPO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 178, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR a servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, para exercer a função de Pregoeira, e o servidor **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 004/2008.

E, para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO,** matrícula nº 0775, **REINHARDT RICHTER,** matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 004/2008.
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 179, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 234 de 04/12/2007,*

ANTECIPAR o início das férias relativas ao biênio 2008/2009, do servidor **JANDYR CORTE REAL**, matrícula nº 3121, do dia 02 de janeiro de 2009, para o dia 1º de julho de 2008.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 180, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Robson Barboza	4511	3%	3%	01/01/08	0083/08
Pollyana Soares Martins	4529	3%	3%	01/01/08	0084/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 181, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GERSON LESSA DA SILVEIRA,** matrícula nº 4076, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Serafim Venzon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 182, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **DANIELA SENSI SPLENGLER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 183, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RODRIGO PILATTI DA SILVA,** matrícula nº 4467, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 184, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **VALDETE INÊS PAULI MAY**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 185, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **WELLEN CORREA DUARTE**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 186, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MATEUS BLOCH KONOGRAY**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 187, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MICHEL GUEDES DE SOUZA,** matrícula nº 4734, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 188, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ANDRÉ BOGER E SILVA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Joares Ponticelli).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 189, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CAROLINE CAVALHEIRO INASSARIS DE SOUZA,** matrícula nº 5580, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Nilson Goncalves).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 190, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **IZABEL CRISTINA ALMEIDA DO AMARAL**, matrícula nº 3289, do cargo Assessor de Lideranca, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Lideranca do PSDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 191, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CAROLINE CAVALHEIRO INASSARIS DE SOUZA**, matrícula nº 5580, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Liderança do PSDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 192, de 12/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **IZABEL CRISTINA ALMEIDA DO AMARAL**, matrícula nº 3289 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/03/08 (Deputado Nilson Gonçalves).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 048/08

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Amigos da Gabiroba, com sede no município de Ituporanga.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Amigos da Gabiroba, com sede no município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Amigos da Gabiroba, com sede no município de Ituporanga.

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos e que visa desenvolver entre seus associados a recreação esportiva e a prática do convívio social e cultural, através de promoções internas e externas, capazes de contribuir para o desenvolvimento moral, físico e intelectual, além de congregar moradores do bairro e simpatizantes, motivando-os para o exercício da cidadania, na defesa de melhor qualidade de vida, através de práticas esportivas, movimentos sócio-culturais e cuidados com meio ambiente.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Desportiva Amigos da Gabiroba seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 049/08

Declara de utilidade pública a Associação Caminhos para a Vida, no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Caminhos para a Vida, com sede e foro no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado JOARES PONTICELLI

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/08

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Caminhos para a Vida de Florianópolis**,** atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 050/08

Altera a Lei nº 9.209, de 1º de setembro de 1993, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Vale Norte do Rio Itajaí.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.209, de 1º de setembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Presidente Getúlio, com sede no município de Presidente Getúlio."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo, que busca alterar a Lei nº 9.209, de 1º de setembro de 1993, que declarou de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Vale Norte do Rio Itajaí, em face da mudança de sua denominação para "Associação dos Aposentados e Pensionistas de Presidente Getúlio", conforme verificado em alteração estatutária.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 051/08

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lar do Menino Deus, no Município de Lages-SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Lar do Menino Deus, com sede no Município de Lages-SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;

II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/08

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficiente Lar do Menino de Deus, com sede no Município de Lages - SC, é uma entidade civil de direito privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que tem por finalidade auxiliar pacientes idosos quanto à sua alimentação, assistência médica e lazer.

Assim, para dar continuidade a estas dignas ações de interesse público, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 052/08

Declara de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento de Ibirama e Região - Adir, com sede no município de Ibirama.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento de Ibirama e Região - Adir, com sede no município de Ibirama.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;

II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/08

JUSTIFICATIVA

A Associação para o Desenvolvimento de Ibirama e Região - Adir, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Ibirama,é uma entidade sem fins lucrativos e tem como finalidades: elaborar, promover, executar e acompanhar projetos que têm como objetivo o desenvolvimento econômico, social, cultural e esportivo do município e região, bem como desenvolver trabalhos de conscientização e educação ambiental, despertando na população o interesse pela conquista de um melhor padrão de vida, respeitando o meio ambiente e o patrimônio ecológico.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 053/08

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de detectores de metal em estádios e ginásios esportivos e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a utilização de detectores de metal, fixos ou móveis, nas portas de acesso ao público dos estádios e ginásios esportivos, quando da realização de competições de qualquer modalidade e eventos de qualquer natureza.

Art. 2º A responsabilidade pela aplicação do disposto nesta Lei será da entidade ou empresa promotora, devendo esta providenciar pessoal e equipamento necessário e suficiente para a revista dos espectadores.

Art. 3º O espectador flagrado portando armas, explosivos ou artefatos de potencial perigoso, será entregue à autoridade policial presente no evento, ou em sua ausência, a delegacia da circunscrição, para a adoção das providências legais cabíveis.

Art. 4º O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator as penalidades previstas na Lei Federal 8.078, Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º As sanções pecuniárias serão convertidas ao Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - Fundesporte, conforme a Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005.

Art. 6º Nos eventos desportivos de caráter profissional, além do que dispõe esta Lei, aplica-se o previsto na Lei Federal 10.671 - Estatuto do Torcedor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/08

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem a intenção de impedir que acontecimentos como o ocorrido no domingo, 24 de fevereiro de 2008, na partida entre Criciúma e Avaí pelo Campeonato Catarinense, no Estádio Heriberto Hülse, voltem a acontecer. Uma bomba de fabricação caseira foi arremessada na arquibancada contra a torcida do Criciúma atingindo o Senhor Ivo Costa, 62 anos de idade, decepando sua mão direita.

A proposta que obriga a colocação de detectores de metal em estádios de futebol e ginásios de esportes não é nova, ela já foi apresentado em outras Casas Legislativas no Brasil e no exterior e se propõe a contribuir com os órgãos de segurança para impedir que pessoas armadas, ou com artefatos explosivos, ingressem nos estádios ou ginásios esportivos em dias de eventos.

Nós temos que devolver aos estádios o caráter lúdico e familiar e este é um desafio a ser enfrentado por todos os envolvidos com o futebol, desde os meios de comunicação, a segurança pública, os torcedores, os clubes, os atletas, enfim, todos aqueles interessados em manter vivo o esporte que mais mobiliza multidões e mexe com nossas emoções.

Os detectores de metal (magnetômetros) são um bom exemplo do uso da tecnologia a serviço da cidadania. Esse equipamento foi usado durante os jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2007 e a Polícia Rodoviária do Estado do Paraná conta com aparelhos semelhantes que se deslocam entre postos de fiscalização usados para prevenir assaltos a ônibus e tráfico de armas e munição. A revista pessoal é feita quando o alarme toca.

Vale lembrar que para preservar a constitucionalidade, a legalidade e a devida técnica legislativa, solicitamos à Consultoria Legislativa desta casa análise a respeito da proposição apresentada e acatamos na íntegra as alterações sugeridas**.**

Por último, senhores Deputados, legislar em matéria de segurança pública é da competência desta Casa Legislativa.

Desta forma, considerando o exposto, contamos com o acolhimento dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta Casa Legislativa, seja sancionada pelo Senhor Governador do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 054/08

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Itajaiense - ADI, com sede no município de Itajaí

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Itajaiense, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Itajaiense - ADI, com sede no município de Itajaí.

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos e que visa, entre seus relevantes objetivos, fortalecer a organização econômica social e política dos desportistas, descoberta de jovens valores e talentos desportivos, e na formação de Atletas de Handebol nas categorias Mirim, Infantil e Cadete, estimulando a integração e socialização de crianças e adolescentes e contribuir para o avanço dentro do âmbito social e cultural.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Desportiva Itajaiense, seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 055/08

Dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 11.514, de 28 de agosto de 2000 que Inclui no calendário oficial a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama.

Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 11.514, de 28 de agosto de 2000, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º O Governo do Estado promoverá na Semana de Prevenção, campanha de esclarecimento sobre a importância da realização de exames periódicos de prevenção ao câncer de mama, e campanha de esclarecimento dos direitos das mulheres acometidas pelo câncer de mama, observando os seguintes direitos:

I - ao tratamento custeado pelo Sistema Único de Saúde, inclusive com medicamentos;

II - ao auxilio doença quando segurado do INSS;

III - ao saque do FGTS;

IV - ao saque do PIS; e

V - a cirurgia plástica reconstrutiva de mama no caso de mutilação total ou parcial, custeada pelo Sistema Único de Saúde ou por plano de saúde, quando segurada."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comim

Lido no Expediente
Sessão de 12/03/08

JUSTIFICATIVA

Uma das princípias causas dos óbitos da população feminina no País, conforme dados oficiais (só em São Paulo ela atingiu o segundo lugar de mortes), a incidência do câncer de mama praticamente duplicou a paritr do ano 2000, passando a exigir, do Estado, a adoção de uma política efetiva e eficaz que não apenas previna o mal, mas que dê suporte às mulheres acometidas, especialmente nos pós-operatório. Quando à prevenção, a de se destacar os esforços emprendidos pela Sociedade Brasileira de Mastologia e do Ministério da Saúde - vem como, a iniciativa de alguns estados brasileiros - na conscientização da sociedade brasielira quanto à importação da porevenção e do diagnóstico da referida doença.

Quanto à assistência às mulheres que tiveram de sofrer cirurgia, com extirpação de seio, o atendimento é ainda insuficiente, não obstante iniciativas meritórias como a da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo propugnando a instituição da Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama onde preconiza, entre outras diretrizes, a assistência a pessoa aometida do câncer de mama, "com amparo médico, psicológico e social". O projeto em tela, por sua vez, trata da prevenção, mas também, propõe ações e medidas que o Estado deve adotar - como o custeio de colocação de prótese nas mulheres que perderam seio em função da inevitável cirurgia.

Ao apresentarmos essa proposta, não temos como fundamento exaltar a vaidade, pura e simplesmente. No nosso entendimento, ao custear a prótese, o Estado estará permitindo que a mulher dignifique seu valor como pessoa, resgatando sua auto-estima e assegurando-lhe o direito de conviver normalmente em sociedade, sem discriminação, constrangimento e até humilhação. Em conseqüência, evitando o surgimento de traumas pessoais, retraimento, neuroses e depressões, que teriam custo ainda maior para o próprio Estado em outras formas de assistência médica e hospitalar.

*** X X X ***